

AS FRONTEIRAS INTERNACIONAIS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS: ITINERÁRIOS DE UM INTELLECTUAL COLETIVO¹

INTERNATIONAL FRONTIERS OF SOCIAL SCIENCES: ITINERARIES OF A COLLECTIVE INTELLECTUAL

Entrevista com Afrânio Raul Garcia Jr. realizada por Mihai Dinu Gheorghiu

Notícia sobre o itinerário intelectual e político de Gheorghiu, por Afrânio Garcia Jr.

Nasceu em Iasi na Romênia, em 1953, cidade onde fez toda sua escolaridade, concluída por estudos universitários de sociologia e psicologia na Universidade desta cidade, cursados entre 1972 e 1976, com uma dissertação em sociologia da literatura. Ainda como estudante, escrevia com regularidade para imprensa estudantil e, na sequência, assegurou colunas em revistas literárias e editou livros premiados. Começou a trabalhar como ortofonista, até que, em 1980, obteve, por concurso, cargo de pesquisador em sociologia no Centro de Ciências Sociais da Universidade de Iasi. Tornou-se tradutor das obras de Pierre Bourdieu para o romeno, sobretudo de escritos sobre arte e literatura; fez pesquisas sobre história da sociologia em seu país. Face a um cotidiano marcado pela penúria e pela vigilância dos órgãos de segurança do Estado, a sociologia de Bourdieu favorecia pensar as condições materiais da autonomia intelectual reivindicada pelos escritores. Foi vítima de sanções impedindo-o de avançar na carreira científica, como barreiras a fazer doutorado ou viajar ao estrangeiro, não podendo entrar para a Academia dos Escritores. Analisa o espaço das ciências sociais na Romênia a partir de resenha crítica de livro sobre a sociologia neste país desde o fim da Guerra, em *Actes de la recherche en sciences sociales*, de 1984. Conseguiu ir à França, em 1986, com acolhida calorosa no centro então dirigido por Monique de Saint Martin e Jean-Claude Combessie, além de encontros e discussões com Pierre Bourdieu; pode então visitar personalidades do exílio romeno e aprofundar relação intelectual com Victor Karady. Decide escrever um diário etnográfico sobre a existência dos intelectuais na Romênia e, acrescido de

1. Entrevista originalmente publicada na Revista *Psicologia Social*, n.º 42, 2018. Tradução de Juarez Lopes de Carvalho Filho. Revisão de Afrânio Garcia Jr. As referências feitas nas notas de rodapé seguem a normalização da primeira versão do texto, por decisão do Comitê Editorial da REPOCS.

30 entrevistas realizadas, esse material foi analisado em seu artigo “les intellectuels et la dictature”, para Actes, em 1990. Ao tentar voltar à França em final dos 1980, foi alvo de perseguições, como a retirada do seu passaporte e de sua esposa, vigilância policial permanente, telefone censurado, fonte de insultos anônimos, e finalmente cortado, até serem liberados para viajar ao exterior no outono de 1989, quando havia se disposto a apresentar sua candidatura em oposição à de Nicolae Ceausescu, no congresso do Partido Comunista. Chegou à França, em setembro de 1989, três meses antes da queda e execução do casal Ceausescu, obtendo o estatuto de refugiado político; e, finalmente, adotou a nacionalidade francesa, em 1996. Acolhido pelo Centre de Sociologie Européenne, fez seu doutorado sob a orientação de Pierre Bourdieu com a tese “*Les métamorphoses de l’agit-prop. Les institutions de contrôle des intellectuels par les partis communistes et leurs transformations après 1989: le cas des écoles de parti*”, de 1997. Desde então, trabalhou, com diversos vínculos, como pesquisador associado do Centre de Sociologie Européenne et du CESSP, bem como do Centre d’Etudes de l’Emploi et du travail (CEET, CNAM); foi também qualificado pelo Conselho Nacional das Universidades (CNU) nas disciplinas de sociologia e ciência da educação. Teve bolsa para estágio doutoral no prestigioso Max Plank Institute de Berlim nos anos 1994-5. Obteve o cargo de mestre de conferências, em 1999, em sua universidade de origem; ao mesmo tempo em que coordenava equipe de pesquisadores em Bobigny na França; em 2007 passou a atuar como professor titular da Universidade de Iasi e tornou-se habilitado a orientar doutorandos. Sua gama de pesquisas é extensa, tanto na França como na Romênia, colaborando também com Monique de Saint Martin e outros para coordenar o grupo de trabalho da FMSH, voltado à circulação internacional de estudantes africanos que buscaram títulos e competências na antiga Europa de Leste. Veio ao Brasil em 2001 e 2005, graças à cooperação internacional com a França, e apresentou seus trabalhos na UNICAMP, no Museu Nacional e na FGV de São Paulo. Trata-se de autor de vasta bibliografia, com contribuições em Actes de la recherche en sciences sociales desde 1984, e fez parte do Comité de Liber; revue européenne des livres, sendo responsável por vários artigos, além de editor de numerosos livros. Dirige atualmente coleção na Universidade de Iasi e a revista científica Psicologia sociala, que dedicou número recente às ciências sociais no Brasil, em colaboração com Graziela Perosa (USP), onde consta a entrevista aqui reproduzida.

2. O Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro é um instituto de pesquisa, fundado em 1818 e integrado à Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1946. O prédio principal do Museu foi devastado por um incêndio em setembro de 2018, destruindo suas coleções, seus arquivos e muitos outros documentos. Sua reconstrução constitui um combate atual da maior importância.

Eu encontrei Afrânio Raul Garcia Jr. pela primeira vez no início de 1990, nos seminários do *Centre de Sociologie de l'Éducation et de la Culture* e, depois, do *Centre de Sociologie Européenne*, que aconteciam na *Maison des Sciences de l'Homme*, nº 54, *boulevard Raspail*, em Paris. Com o passar do tempo, nós nos aproximamos e dividimos o mesmo gabinete de trabalho. Mais tarde eu fui encontrá-lo no Rio de Janeiro e ele veio me ver em Iasi (Romênia); no entanto, nós nos encontrávamos, principalmente, em Paris. Antropólogo e sociólogo, primeiro do Museu Nacional² do Rio de Janeiro e, desde 1995, da *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS) em Paris, Afrânio trabalhou, notadamente, sobre a região do Nordeste do Brasil e a condição dos trabalhadores agrícolas nas *plantations* de cana de açúcar³, e sobre a formação das elites acadêmicas brasileiras e sua circulação internacional⁴.

Os sociólogos são atentos às origens sociais dos outros, mas às vezes se esquecem das suas. Fazer uma relação automática entre origem social e carreira profissional, pode dar margem à acusação de “sociologismo”, e os determinantes sociais nem sempre indicam as mesmas trajetórias. Sobretudo quando essas trajetórias são transnacionais, como é o caso de Afrânio Garcia Jr., com suas inúmeras idas e voltas entre o Brasil e

a França. Sua biografia permite apreender certas condições de mobilidade das classes médias brasileiras e, mais particularmente, do papel importante dos estudos. Ao mesmo tempo, ela se inscreve em um capítulo da história das ciências sociais brasileiras, marcada pela internacionalização de intercâmbios científicos e as reformas do campo acadêmico. Uma história intelectual que cruza, às vezes, de maneira dramática, a história política do Brasil dos anos 1960 aos dias atuais: as duas décadas de ditadura militar (1964-1985), a radicalização política da esquerda frente à repressão e à tortura, o exílio de uma boa parte da elite intelectual. E a história da família de Afrânio Garcia é testemunha dessas violências, com passagem pela clandestinidade de um de seus irmãos (Afrânio é o mais velho de uma fratria de três) e as ameaças que pesaram sobre toda a família. A socialização política é indissociável da socialização intelectual, militância em associações e estudos de economia no início, participação no exílio brasileiro na França no período de seus primeiros anos de estudos em Paris (Nanterre), de 1966 a 1968. Em seguida, de volta ao Brasil, a reorientação para a antropologia social, em um contexto de reforma institucional e de investimentos na pesquisa, com a adoção do “modelo de Harvard” para os estudos doutorais, as bolsas de mobilidade internacional (mais particularmente para os Estados Unidos, da

3. Garcia Jr., A. (1989), *Libres et assujétis: Marché du travail et mode de domination au Nordeste*. Paris, Édition de la Maison des Sciences de L'Homme. A região Nordeste do Brasil tem aproximadamente 53 milhões de habitantes (2010); é a região mais populosa do país, conhecida, sobretudo, pelo cultivo da cana de açúcar, por sua contribuição histórica na construção do Estado brasileiro e graças aos escritores que lhe consagraram uma importante “literatura regional”.

4. Garcia Jr., A. (2009). *Les disciples de la “mission française” et la réception de l'anthropologie structurale au Brésil*. *Cahiers de la recherche sur l'éducation et les savoirs* (online). Hors-série, nº 2 [Mobilité universitaire et circulation internationales des idées], mis en ligne le 01 juin 2012, consultado em 24 de dezembro de 2018. URL : <http://journals.openedition.org/cres/680>.

Fundação Ford⁵) e das grandes pesquisas empíricas nas regiões mais empobrecidas do país, como o Nordeste. É possível considerar esse momento (final dos anos 1960 e dos anos 1970) como aquele da refundação das ciências sociais brasileiras, após o precedente, aquele da “missão francesa” no Brasil, nos anos 1930, com Fernand Braudel, Claude-Lévi Strauss entre outros⁶. Foi o Museu Nacional, lugar altamente simbólico, que se transformou em uma dos centros de mudanças, com a concentração de pesquisadores de alto nível.

Os trabalhos de Afrânio Garcia trouxeram um novo olhar sobre os efeitos das transformações da economia das grandes *plantations* do Nordeste sobre o modo de dominação no mundo rural brasileiro, com a passagem da condição de trabalhador dependente ao trabalhador livre, graças às migrações entre o Norte e o Sul do Brasil. As migrações dos pesquisadores se tornaram também uma questão e um objeto de pesquisa dos mais importantes, condição de uma emancipação das “categorias de pensamento nacionais” e de um certo “bilateralismo”, em discussão nessa entrevista. Esses trabalhos não seriam possíveis sem o apoio de Pierre Bourdieu e a acolhida colegial e amigável dos membros do *Centre de Sociologie Européenne* (CSE). A trajetória de Afrânio Garcia Jr. se bifurcou entre os anos de 1990, após ter sido recrutado como *maître de conférences* pela EHESS, e a ocupação do cargo de diretor do CRBC (*Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain*), sucedendo a Ignacy Sachs, fundador desse Centro. Diretor do CRBC, ele trabalhou durante 13

anos pela fluidez do intercâmbio científico entre o Brasil e a França, nos dois sentidos. Assim, à sua maneira “embaixador do Brasil na França”, ele se sentiu herdeiro do seu tio e pode garantir como ninguém antes a aproximação entre os dois espaços científicos expostos diferentemente às pressões da mundialização. Foi também essa experiência que lhe permitiu abrir uma nova agenda de pesquisa sobre a história social das ciências sociais brasileiras, e mais particularmente, a reflexão sobre o lugar dos “países periféricos” na luta pela hegemonia política e intelectual entre as grandes potências.

A entrevista foi realizada em dois momentos: em fevereiro e em novembro de 2018, no *Centre de Sociologie Européenne* (CSE, EHESS), em Paris.

1. História social de uma família brasileira

Mihai Dinu GHEORGHIU: Eu me pergunto como um filho de médico, como você, se tornou antropólogo, sociólogo?

Afrânio GARCIA JR.: Eu sou filho de médico, pelos dois lados. Meu pai era médico. Minha mãe era médica. Eles se conheceram no hospital público. E eu vi que no *Centre de Sociologie Européenne*, quando eu cheguei para um pós-doutorado, esses simples fatos tiveram um efeito marcador um tanto infeliz, contra os bons usos de qualquer ferramenta intelectual forjada nesse *Centre* para pensar as trajetórias sociais, quase como se bastasse levar em conta a origem social “burguesa” para dar conta do conjunto de uma trajetória.

5. Sobre o papel muito controverso da Fundação Ford, Cf. Grémion, P. (1995). *L'intelligence de l'anticomunisme*. Paris: Fayard.

6. Lefèvre, J.-P. *Les missions universitaires française au Brésil dans les années 1930*. Vingtième Siècle, revue d'histoire, n° 38, avril-juin, 24-33 ; https://www.persee.fr/doc/xxs_0294-1759_1993_num_38_1_2677.

Em 1983, eu vim para um pós-doutorado, aqui na EHESS, para o *Centre de Sociologie de l'Éducation et de la Culture* [CSEC], dirigido por Pierre Bourdieu, logo após meu doutorado no Brasil, em antropologia social. Eu cheguei em novembro, acompanhado de Marie-France e de nossas duas filhas, dois anos depois da entrada de Bourdieu no *Collège de France*. Como outros colegas do Museu Nacional, nós havíamos feito pesquisas de campo de estilo etnográfico nas regiões açucareiras no Nordeste do Brasil, onde as primeiras *plantations* se instalaram desde o século XVI.

Eu parti com Marie-France e nossas filhas duas semanas após a defesa de minha tese, em novembro de 1983. Na França, você está longe de casa, você está em um outro momento de sua vida e isso requer que você se questione e tente compreender certas coisas. É dentro dessa atmosfera, difícil – aliás, isso se fez com sofrimento – que eu fiz esse trabalho para compreender meu trajeto. A primeira coisa: melhor compreender meus pais. Os dois são migrantes em reconversão, em situações extremamente complicadas. Meu pai, que só compreendi, quando eu li o texto de Sayad sobre *El Ghorba*⁷, era um filho de viúva, como aquele descrito por este autor. Ou seja, alguém que perdeu seu pai, o provedor da família e o protetor de seus membros. Eu creio que meu pai tinha 2 ou 3 anos. E minha avó tinha dois filhos: ele e meu tio primogênito. E o meu avô era comerciante: para o classificar, eu diria, um pequeno comerciante. Em português, para ser exato, *dono de armazém*, proprietário de uma pequena mercearia em zona rural. E houve uma epidemia na região, eu creio

que era o tifo, e ele morreu muito jovem. Minha avó era igualmente muito jovem, e não possuía meios de garantir a vida cotidiana de seus filhos. Um membro de sua linhagem disse-lhe uma frase que foi fundamental, mesmo para os trabalhos que eu fiz depois. Ele disse: “Veja aqui, você tem dois filhos, você não vai assumir o comércio, porque não é coisa para as mulheres, e vocês não têm terra. Essas crianças, se elas continuarem aqui, eles vão se tornar beberrões, cachaceiros. Aqui não tem estudos, não tem nada. Então, vá para o Rio de Janeiro ou para um lugar mais avançado...”. Ela morava num pequeno vilarejo – Antônio Prado de Minas –, que até hoje tem algo em torno de 900 pessoas. “Então, aqui você não tem nada, conseqüentemente é melhor ir embora. E você já tem uma irmã casada com um médico no Rio de Janeiro e assim ela poderá lhe ajudar”. Mas minha avó não se decidia a ir embora. Até o dia em que um cachorro, do qual se suspeitava de padecer de doença da raiva, mordeu meu tio. Em pânico com esse acontecimento, as pessoas pegaram meu tio, o colocaram no trem e o levaram ao Rio de Janeiro para ser vacinado contra a raiva. E durante uma semana, duas semanas, minha avó não tinha notícias – eu não conheci minha avó –, ela não tinha nenhuma notícia de meu tio. Então, ela pegou meu pai pela mão, e foi para o Rio de Janeiro, pensando que faria uma viagem de ida e volta em pouco tempo. Ela nunca mais retornou. O que me explica, igualmente, outra coisa: no início, ela viveu no Rio de Janeiro certamente graças aos favores dos outros. Durante certo tempo de suas vidas, meu pai e meu tio vi-

7. Sayad, A. (1975). El ghorba: le mécanisme de reproduction de l'émigration. *Actes de la recherche en Sciences Sociales*, n° 1-2, 5-66.

veram – meu pai não gostava de abordar esse assunto – na casa de outras pessoas, longe da minha avó. Meu tio viveu na casa de um grande médico cujos filhos tinham um grande desprezo pela situação de meu pai e de meu tio. E meu pai viveu numa família de grandes industriais do têxtil, alemães, família Arp. Já adulto, quando trabalhei como economista, eu compreendi como eles o desprezavam; um de seus descendentes era meu patrão e um dos diretores da federação das indústrias do Rio de Janeiro. Eu sabia que havia tido essa ida para o Rio de Janeiro, mas graças a essa rede de conhecimento familiar, meu pai e meu tio tiveram acesso aos grandes liceus do Rio. Até hoje, são os dois grandes liceus católicos do Rio de Janeiro que têm os melhores resultados no vestibular, abrindo a via para os estudos superiores. Meu tio esteve no liceu dos Jesuítas, o Santo Inácio, e meu pai no de São Bento, liceu da ordem dos Beneditinos.

Mihai Dinu GHEORGHIU: Isso se passou nos anos 1920?

Afrânio GARCIA JR.: Meu pai nasceu em 1912. Ele deve ter chegado ao Rio por volta de 1915-1918. Não se sabe bem. Certamente foi durante os anos 1920 que eles fizeram os estudos secundários. Os dois concentraram seus esforços nos estudos. Foi a primeira coisa que eu compreendi muito bem. Ou seja, tanto para o meu pai como para minha mãe, voltarei sobre isso mais tarde, o objetivo primordial era ter êxito nos estudos. A respeito de meu pai, existe um detalhe que eu apenas compreendi muito mais tarde. Ao final da faculdade de medicina, ele continuava a dar aulas de física e de química, em um desses liceus católicos, para suprir as necessidades de sua mãe, de

minha avó. Mesmo depois de terminar a faculdade, ele não pôde começar a trabalhar como médico, pois era necessário primeiro pagar uma espécie de dívida moral em relação aos padres que lhes acolheram, a ele e a seu irmão. Eles nunca pagaram seus estudos. Esses colégios secundários são liceus privados e, geralmente, caros. E existiam poucos bolsistas. Foi aí onde eu compreendi, também, que meu pai era um “bolsista”, bolsista dos católicos. Com uma proximidade distante com seus mentores, pois nem meu pai, nem meu tio, jamais, ao menos depois de meu nascimento, estiveram do lado dos católicos; eles estavam em oposição aos católicos no que concerne à política e à cultura. Eles os respeitavam muito, mas eles nunca foram católicos, desses que vão à missa todas as semanas, como acontecia com irmãos de minha mãe.

Mihai Dinu GHEORGHIU: Distanciados em relação à Igreja?

Afrânio GARCIA JR.: Sim. Distância da Igreja e, sobretudo, da Igreja católica brasileira. Mas era uma questão íntima, uma experiência sobre a qual eles não queriam falar.

Mihai Dinu GHEORGHIU: Eles eram ateus?

Afrânio GARCIA JR.: Sim. Meu pai era ateu e comunista, mas não era membro do Partido Comunista. Dos anos 1950 até o golpe de Estado de 1964, ele era aquilo que nós chamávamos de “companheiro de caminhada”, quer dizer, aquele que seguia a “linha” do partido no momento das eleições, por exemplo, lia o jornal do partido, etc. Eu penso que essas atitudes eram muito minoritárias no caso histórico brasileiro. Lembro-me muito bem que nós tínhamos acesso a um

jornal, que era o jornal do partido para um “grupo de intelectuais”; eu digo isso apenas para compreender uma série de características de seu itinerário como a de começar trabalhar como médico na distante periferia, nos subúrbios. Em seguida, ele ocupou cargos mais importantes, através de concurso. Notadamente ele integrou o hospital que era o maior do Rio de Janeiro nessa época, talvez do Brasil, que se chamava hospital dos servidores⁸ do Estado (hospital do IPASE). Era o hospital onde o presidente da República deveria se tratar em caso de problemas graves de saúde. Havia concursos públicos para ascender a esse hospital. Existiam 53 candidatos. Ele se inscreveu para as provas e ficou classificado em primeiro lugar. Mas, como os outros concorrentes tinham muito mais capital social que ele, ele não foi nomeado durante um ano, e havia um pouco perdido a esperança, pois a validade do concurso poderia expirar. Nesse momento, ele recorreu ao meu tio, que nessa época era diplomata em posto nos Estados Unidos, e que falou com outro diplomata do alto escalão, que tinha vindo para o Brasil para assumir altas funções em um dos ministérios, na presidência de Getúlio Vargas⁹. No dia seguinte da entrevista de meu pai com esse alto funcionário (Raul Fernandes), foi publicada sua nomeação pelo presidente Getúlio Vargas. Digamos que isso é revelador da situação de ambivalência na qual ele se encontrava; ele obteve sua vaga através do concurso, mas ele sabia muito bem que para confirmá-la, era necessário sempre ter relações com dirigentes políticos.

8. Trata-se de um hospital destinado aos funcionários públicos do Estado federal.

9. Getúlio Vargas (1882-1954), presidente do Brasil de 1930 a 1945 e de 1952 a 1954. Chefe da “revolução de 1930”, Vargas incentivou a industrialização, instaurou a legislação do trabalho para a proteção dos operários urbanos e criou grandes empresas públicas como a PETROBRAS, em seu segundo mandato, para assegurar a entrada do Brasil na indústria de equipamentos pesados. Entre 1937 e 1945, ele esteve à frente do regime ditatorial do Estado Novo.

Mihai Dinu GHEORGHIU: Ter capital social.

Afrânio GARCIA JR.: Isso mesmo. Então, eu descobri esse fato como uma explicação fornecida muito tardiamente. Mas digamos que isso se transmite. Então, quando eu senti que a palavra de ordem era obter êxito através dos investimentos escolares, era uma sinalização que vinha de longe. E, após o êxito em concursos, estar atento a tudo que existe no entorno, para que você possa assumir os cargos para os quais normalmente você tem o direito. E uma coisa forte, evidentemente, é que eu tenho o mesmo prenome que meu pai, desse modo, induzindo uma grande identificação com meu pai, mas também, com meu tio. E meu tio fez Direito, e, ao fim dos estudos de Direito, ele tentou o destino o mais improvável.

2. Diplomata entre dois mundos

O mais improvável nessa época para as famílias modestas era ser aprovado no exame de admissão à escola que abria a porta à diplomacia, à escola do Itamaraty, o Curso Rio Branco. Meu tio foi recrutado em um concurso que se tornou famoso graças a outros colegas da mesma geração (a promoção de 1939); imagine então que, para filhos dessa origem, ter domínio falado e escrito de línguas estrangeiras, como o inglês e o francês, que eram idiomas obrigatórios nesse concurso de admissão, não era nada evidente. O fato é que ele foi aprovado e que ele se tornou diplomata. E por

um jogo de circunstâncias, ele foi enviado durante a guerra aos Estados Unidos, em bom início de carreira.

Mihai Dinu GHEORGHIU: Ele era mais velho que seu pai?

Afrânio GARCIA JR.: Sim. Ele foi enviado aos Estados Unidos; ele esteve nas grandes conferências internacionais do pós-guerra (*Breton Woods*, etc.), e era considerado como muito eficiente. De todo modo, a economia, nessa época, não era ainda o caminho mais seguro para aceder à classe dirigente... De qualquer maneira, ele fez uma trajetória de diplomata de certa forma bem sucedida. Mas ele se considerava o último, de sua promoção no Itamaraty, a ser promovido à cada novo escalão de sua carreira. Em todo caso, até hoje, eu não consigo entender como... o fato é que dia 23 de setembro de 1964, ele disparou três tiros de revólver no peito. Em uma das cartas que ele deixou estava escrito:...“meu calvário começou em 1939”, o ano de sua integração através de concurso ao Itamaraty. E quem, em efeito, se preparava a lhe suceder? Era eu.

Mihai Dinu GHEORGHIU: Ele não tinha filhos?

Afrânio GARCIA JR.: Sim, ele tinha quatro filhos, três de meus primos estão vivos. Os que eram mais jovens no momento do suicídio do pai puderam fazer sua vida, mas os mais velhos foram destruídos psiquicamente. Não darei mais detalhes, mas digamos que a vida cotidiana me obrigava a compreender essa situação do lado paterno porque isso provocou, em meu pai, uma espécie de reclusão sobre si mesmo ainda mais forte. Meu pai dizia, por exemplo, que ele

não tinha guardado nada, de dados ou de documentos, sobre meu tio. O dia seguinte da morte de meu pai, meu irmão do meio abre as gavetas em sua casa, e ele tinha um dossiê da imprensa sobre seu irmão, que era maior do que aquele que eu fui procurar no DOPS, na polícia política. O dos arquivos do DOPS eram bem mais pobres do que aquele constituído por meu pai.

Mihai Dinu GHEORGHIU: E após a ditadura?

Afrânio GARCIA JR.: Após o retorno do Estado de direito em 1985, eu pude ir aos arquivos. E havia 1/10 daquilo que meu pai possuía. Mas meu tio deixou três cartas; eu só li duas. Nessas cartas, meu tio fazia explicitamente referência à sua condição de órfão de pai e à relação ao ministério das relações exteriores. Não havia referência a mim, mas nós tínhamos uma relação muito boa.

Mihai Dinu GHEORGHIU: Protetora?

Afrânio GARCIA JR.: Sim. Cada vez que ele vinha, trazia grandes presentes, maiores do que eu poderia esperar. Mas nós éramos torcedores do mesmo time, nós íamos juntos assistir aos jogos. Ele estava contente de eu me preparar para ser diplomata. Eu já fazia investimentos linguísticos em francês e em inglês, desde a idade de 11-12 anos. Isso do lado paterno. Talvez uma outra coisa: meu pai foi aprovado em um concurso para professor na Universidade Federal Fluminense, por volta de 1968, momento de endurecimento da ditadura militar, e a polícia política bloqueou sua nomeação por longo tempo.

Mihai Dinu GHEORGHIU: E do lado de sua mãe?

Afrânio GARCIA JR.: Nunca tive eu o sentimento de pertencer à elite brasileira. Nem um pouco! A cidade de meu pai, eu a conheci somente após sua morte, quando com meus irmãos fomos para depositar suas cinzas. Do lado de minha mãe, que era 10 anos mais nova do que meu pai, ao contrário, eu comecei a frequentar sua cidade natal e sua família, desde a idade de 11-12 anos. Eu adorava ir passar férias na sua cidade de origem. Mas aí, igualmente, havia uma história sobre a qual não se falava jamais. E quando eu comecei a trabalhar sobre as reconversões, eu disse: “Eu vou trabalhar sobre reconversões que concernem muita gente em nosso país. E o que se passou comigo?” Como entender, por exemplo, que, a respeito de minha mãe, uma garota vinda de uma família católica de um Estado bastante conservador, de Minas Gerais, pôde partir, aos 16 anos, para o Rio de Janeiro para estudar medicina, que era considerada fundamentalmente como uma profissão masculina? Progressivamente, eu entendi que isso ocorreu na sequência da falência de meu avô e à forte ameaça de desclassificação social de todos os familiares... Meu avô também era um pequeno comerciante, como seus irmãos. Uma ferrovia se instalou nas proximidades de seu comércio, a prosperidade se fez presente. O que fizeram meu avô e seus irmãos? Eles fizeram o que era comum para se tornar respeitável, um notável a nível local: comprar terras e fazer plantações voltadas para exportação. Eles organizaram uma plantação de café, por volta de 1928 ou 1929; e quebraram a cara com a crise de 1929. Minha mãe nunca quis falar do dia em que os bancos se apossaram de todos os bens de meu avô e de seus irmãos. Ela tinha entre 10 e 12 anos. Ela interiorizou assim que sua vida havia se transformado num beco sem saída.

Se olharmos para o conjunto de irmãos de minha mãe, veremos que ela era a única entre as mulheres a continuar os estudos; ela era uma excelente estudante até a conclusão dos seus estudos secundários. E nesse momento ela quis continuar os estudos no Rio de Janeiro, onde já havia um irmão mais velho morando. E meu avô não queria aceitar essa solução de maneira alguma. Precisou que um tio-avô fosse até ele e falasse bem claro: “você fez tudo o que podia fazer de melhor por você, por seus filhos, eu sou testemunha de tudo. Mas no presente você não tem como casar suas filhas mais jovens. Se você impede Aparecida de ir ao Rio, você não tem a certeza de poder garantir seu futuro. Essa garota é uma excelente estudante, deixe-lhe tentar sua sorte”. Foi assim que ela pode ir para o Rio de Janeiro estudar medicina e, um pouco por comparação com o meu pai, ela começou a trabalhar em uma especialidade menos prestigiosa, a anatomopatologia. A especialidade da medicina mais desvalorizada à época. Somente em 1946 ou 1947 ela teve a grande oportunidade, através da cooperação internacional com os Estados Unidos, de fazer de seu ofício uma via de acesso ao universo científico. Primeiro ela foi convidada para ir se formar nos Estados Unidos, mas querendo se casar, ela não foi. Uma das grandes anatomopatologistas internacionais, a doutora Edith Potter, veio ao Brasil nesse período, e ficou tempo suficiente para formar quatro médicas mulheres, entre elas, minha mãe. Minha mãe seguiu uma carreira de médica, mas médica ocupada com atividades científicas, de pesquisadora. Uma semana antes do seu falecimento, ela ia todos os dias a pé ao hospital, uma distância considerável; ela já estava aposentada, mas ia todos os dias fazer novas pesquisas. Diferente de meu pai, ela

teve trabalhos publicados nas melhores revistas norte-americanas de sua especialidade, *Pediatrics*. Uma das doenças estudadas lhe permitiu demonstrar um fato incomum. Existiam doenças que atingiam a mãe quando ela estava grávida, e não se sabia que isso provocava repercussão no feto. Ela estabeleceu essa relação para a toxoplasmose e para a rubéola. Isso fez sua celebridade, e, progressivamente, ela continuou a trabalhar em pesquisa por toda a sua vida, tornando-se pesquisadora do CNPq. E, no fim, ela trabalhou sobre a AIDS.

Então, para mim, a palavra “medicina”, contrariamente às ideias pré-concebidas, sobre os médicos como sendo todos liberais, estava relacionada ao hospital público e, sobretudo, aos trabalhos sobre saúde pública e higiene. E o que eu entendi, desde minha infância, é que o problema do Brasil não era tanto o sistema de saúde, mas, principalmente, que todo mundo possa saciar a sua fome. O problema do Brasil era a fome, como afirmava Lula em plena campanha, em 2002. Isso dito, durante todo o primário, eu frequentei a escola pública. No momento do secundário, a escolha foi direcionada para uma escola que mudou completamente toda minha existência. Era um exame de seleção muito difícil, e eu consegui, e graças a esse liceu, além de uma boa formação, eu travei uma amizade sólida com José Sérgio Leite Lopes, que me abriu oportunidade de ir à França muito jovem, o que não estava de modo algum dentro das minhas possibilidades dadas minhas origens sociais. (...)

Mihai Dinu GHEORGHIU: Para voltar um pouco sobre a história de seu tio: ele se suicidou antes ou depois do golpe de Estado?

Afrânio GARCIA JR.: Uma coisa é muito clara, para mim, sua morte está ligada às mudanças políticas. O golpe de Estado aconteceu em março-abril de 1964, e meu tio morreu em setembro do mesmo ano. No entanto, meu pai e minha mãe também foram ouvidos pela comissão de inquérito que os militares criaram contra “os subversivos e os corrompidos”, desejando descreditar os partidários da esquerda com essa assimilação desabonadora. Para meu pai e minha mãe, enfim, foi muito duro, mas eles resistiram. O que se passou exatamente com meu tio? Sobre isso não sabemos nada. Então, por que ele foi perseguido? Existia um grande presidente nacionalista entre 1962 e 1964, João Goulart, e o golpe de Estado foi contra ele. Durante seu mandato estava em jogo reestabelecer as relações com a União Soviética e com a China. Foi assim que meu tio recebeu a comissão de diplomatas enviados pela China, pois à época ele era secretário geral do Ministério das Relações Exteriores. Essa parte do dossiê eu conheço bem, e me parece explicativa. Mas para se matar, como ele o fez, quer dizer, pela manhã, após ter tomado seu banho, após se vestir como de costume para ir ao trabalho, enfim, uma série de pequenos detalhes, após escrever três cartas, uma à sua esposa, uma ao seu irmão, uma outra ao ministro das relações exteriores, um dia após ser nomeado para uma embaixada na Noruega, tudo isso...

Mihai Dinu GHEORGHIU: Qual delas você não leu? A enviada ao ministro?

Afrânio GARCIA JR.: Sim. Essa enviada ao ministro eu não li. Por pouco eu não consegui. É o dossiê que me falta. Eu li aquela enviada ao meu pai, que é extremamente comovedora. Tudo o que eu digo aqui, está nela escrito. Ela faz referência à condição de órfão

dos dois. “Ninguém conhece o que é ser órfão como nós dois” (grifado no original). Eu tinha 16 anos. Foi um grande golpe. E aí, o mundo desaba. Porque eu pensava que eu seria aprovado nesse concurso, e, de repente...! De uma certa maneira, depois, eu o compreendi quando eu vim à França em 1995, e após ter aceito assumir a direção do CRBC¹⁰ na EHESS, com minha maneira de administrar o CRBC e os conflitos provocados, que era uma maneira de recriar uma função diplomática por outros caminhos. E entre dois mundos... Em um seminário, na França, alguém disse, de repente, provavelmente para me lisonjear: “Afrânio é nosso embaixador aqui na França”. Existem palavras que, à vezes, traem o seu destino. Eu consegui, por outros meios, seguir o caminho para o qual eu estava destinado em minha família pela via de estudos avançados. Para mim, falar de origens familiares é, efetivamente, um pouco a tentativa para reconstruir um quebra-cabeça. De todo modo, meus próprios pais ficaram longe dessa reflexão, porque eles mesmos tinham uma enorme resistência a evocar esses acontecimentos dolorosos... Eles pensavam que o silêncio era a melhor maneira de lidar com eventos e perdas irreparáveis. Vivam vossas vidas e não é necessário retornar aos sofrimentos precedentes. Em contrapartida, quanto mais descobertas eu fazia sobre tais fatos, mais minha relação com meus pais melhorava. E eu entendi perfeitamente que a maneira como eles se tornaram médicos foi uma maneira muito específica, de médicos dedicados ao hospital público, à saúde coletiva, o que implicava

uma maneira de pensar e agir particular. Para mim, da segunda geração de universitários, eu podia me consagrar ao problema principal do país, que segundo eles era a fome. Eu penso que, por vias tortas, houve uma certa herança de modos de pensar.

Mihai Dinu GHEORGHIU: Eu não sei se é o momento de falar, mas para fazer um pouco mais de sociologia e tomar um pouco de distância em relação à autoanálise, o que você diria das origens sociais ou do perfil social dos sociólogos brasileiros; como você se situaria, em relação aos outros, à sua história familiar? Você não conhece evidentemente todas as histórias familiares, mas como você percebe o perfil sociológico de seus colegas brasileiros, dos seus colegas de geração?

Afrânio GARCIA JR.: Eu me perguntei sobre isto várias vezes. Eu creio que não é por acaso se o meu amigo mais próximo é José Sérgio Leite Lopes, antropólogo do Museu Nacional. Seus pais, da parte materna e paterna, são cientistas ainda mais prestigiosos do que os meus pais. Mas, à parte essa diferença, Sérgio é alguém que é ligado a uma família cuja relação com os estudos, ao serviço público, ao estilo de vida e modos de pensar, nossa proximidade é muito mais forte. Somos oriundos de uma fração das classes superiores cuja riqueza maior é o capital intelectual adquirido através dos estudos e da pesquisa. Quando eu fui para a faculdade, primeiro para estudar economia, os outros colegas eram de origem

10. CRBC: *Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain* (Centro de Pesquisa sobre o Brasil Contemporâneo), criado por Ignacy Sachs em 1985 no âmbito da EHESS, em Paris.

11. Luís Inácio Lula da Silva, nascido em 1945, presidente do Brasil de 2003 a 2011, ex-operário metalúrgico, promotor de políticas sociais por melhores condições de vida das camadas populares e uma melhor repartição de renda nacional. Atualmente acusado de corrupção em um processo extremamente controverso.

mais burguesa, seja pelo patrimônio econômico dos pais ou o acesso aos cargos da alta administração. Eram pessoas cujos pais eram generais, grandes proprietários de terra, industriais, grandes jornalistas, que eram geralmente homens políticos. Os estudantes eram claramente aqueles oriundos da fração mais rica no espaço social. É recentemente (a partir de 2003) que se assiste à entrada consequente de estudantes de origem das classes populares não brancas, em particular, a partir das políticas de ação afirmativa do governo Lula¹¹. Então, no início, eu me sentia um pouco como tendo um pé nesse universo social e um pé fora.

Mihai Dinu GHEORGHIU: Em uma situação ambígua socialmente?

Afrânio GARCIA JR.: Sim, exatamente. E isso se via também na minha maneira de me vestir, no estilo de vida e nas práticas esportivas, nos investimentos culturais e tudo isso. Mas você aprende, também, a situar essas diferenças num contexto mais amplo. (...)

3. Maio 1968 no Brasil e na França

Mihai Dinu GHEORGHIU: Você foi, eu suponho, visto tudo o que você fez, um bom estudante, antes de tudo.

Afrânio GARCIA JR.: Sim. Muito bom estudante.

Mihai Dinu GHEORGHIU: E isso dava a você um domínio intelectual em relação aos outros que tinham domínio social e econômico.

Afrânio GARCIA JR.: Exatamente! E ainda mais, eu entrei, desde a idade de 14 anos,

na militância estudantil, o que me aproximava dos outros estudantes. Organizamos a associação dos estudantes do colégio como ela nunca havia sido organizada, com eventos esportivos, excursões vinculadas a cursos de Geografia, debates com artistas e cientistas, festas de samba, um jornal local, com muitas atividades sociais e culturais. Afinal, todo mundo vivia o colégio, como se o colégio fosse o mundo, com a impressão de constituir um grupo muito unido e devotado à construção de um país mais justo socialmente, que se apropria de suas riquezas e seu potencial de crescimento, que teria sua palavra a dizer no cenário internacional.

Mihai Dinu GHEORGHIU: Sua primeira estadia na França, em que ano foi? 1966?

Afrânio GARCIA JR.: Outubro de 1966.

Mihai Dinu GHEORGHIU: (...) Jean Pierre Faguer me fez uma sugestão para nossa entrevista; convidar você a falar de maio de 1968 na França e no Brasil. Então, como você viveu esse período? Evidentemente, sua trajetória científica ou sua trajetória intelectual foi uma experiência fundamental, mas ao mesmo tempo, era uma experiência política. Como você viveu com as duas, sobretudo, com sua trajetória militante no Brasil, como você falou. Você se situou nessa continuidade, que havia formas de solidariedade transnacional etc., ou você estava numa situação de incompreensão ou de contradição? Como você viveu tudo isso, progressivamente?

Afrânio GARCIA JR.: Nesses dois anos, 1966-1968, era como se eu estivesse em dois anos, e mesmo em alguns meses, sobretudo, do mês de maio até outubro de

1968, vivido o equivalente a dez ou vinte anos. Algumas grandes decisões, inclusive minha relação com Marie-France e nossa vida em comum, foram tomadas nesse momento. Ao mesmo tempo havia a precariedade e o sentimento imenso de felicidade, de trabalhar com os outros por alguma coisa que iria acontecer e mudar a situação de grande número de pessoas. Em 1966, quando eu cheguei, eu fiquei na casa dos Leite Lopes; foi extremamente importante para minha trajetória. Grande maioria dos exilados de renome intelectual frequentava essa casa, inclusive o grande economista Celso Furtado, além de outros físicos renomados e de biólogos como Luiz Hildebrando (Institut Pasteur), o arquiteto Oscar Niemayer, músicos como Turibio Santos, artistas plásticos, literatos, etc.. Dizíamos Sergio e eu que nosso panteão estava frequentemente na sala de estar.

Mihai Dinu GHEORGHIU: Essa casa era onde? Em Paris?

Afrânio GARCIA JR.: Era no XVI *arrondissement*¹². José Leite Lopes, pai de José Sérgio, fora nomeado professor de física na Universidade de Orsay. Ele partiu para o exílio após o golpe de Estado. E ele dispunha de grande notoriedade como físico no cenário internacional. Durante a guerra, ele frequentou os grandes laboratórios norte-americanos de física, que marcaram a história da energia atômica e ali fez seu doutorado. Ele não partiu para o exílio nos Estados Unidos, porque todo esse círculo intelectual brasileiro imputava aos Estados Unidos o golpe de Estado no Brasil. A aposta na França como terra de abrigo era

também fundada em duas negações: nem os Estados Unidos, nem Moscou, porque deste lado também são pessoas que querem nos guiar em todas as escolhas. Paris era uma espécie de lugar estratégico equidistante, entre dois mundos, que permitia respirar, pensar e estudar, de se instruir. Mas ao mesmo tempo, com a guerra do Vietnã, mesmo na faculdade de Direito onde nós estávamos, a gente via uma espécie de revolta contra a superpotência americana e, ao mesmo tempo, havia uma enorme sensibilidade em relação aos estrangeiros oriundos de mundos pouco ou mal conhecidos, particularmente os que vinham do que passava a se chamar de “Terceiro Mundo”. As pessoas queriam conhecer o que você tinha a dizer. Eu nunca vi após, sobretudo durante dos anos de 1980, pessoas tão interessadas em ouvir você, como no curto período dos anos 1966-1968. Ou seja, existia uma sensibilidade realmente cosmopolita, mas enorme, uma vontade de ler, de dizer o que você queria, de partilhar... Então, para ser breve, eu diria que em 1968, isso se passou para mim e Sérgio, primeiro em Nanterre, e foi lá que Marie-France e eu começamos nossa vida de casal.

Mihai Dinu GHEORGHIU: Vocês estavam em Nanterre? Em Direito?

Afrânio GARCIA JR.: Porque o curso de ciências econômicas, nesse período, era na Faculdade de Direito. E vivíamos, também, na residência universitária de Nanterre. Sérgio e eu estávamos na residência e, também, Marie-France, que chegou antes de nós. Nós acompanhamos muito bem tudo o que se passou após o dia 22 de mar-

12. Distrito administrativo de Paris. Um dos bairros mais nobres da cidade (N.T.)

ço em Nanterre, no movimento estudantil. Nós éramos bastante solidários, enquanto que nossos amigos que ficaram no Brasil tinham começado a tomar o caminho da militância em tempo integral, e um engajamento ainda mais acentuado e que iria desembocar na luta armada. Para termos uma ideia, entre as pessoas que raptaram e sequestraram o embaixador norte-americano Charles Elbrick, em setembro de 1969, para forçar o poder militar a liberar prisioneiros políticos, cinco ou seis eram camaradas do liceu e amigos muito próximos. (...) Após o final de 1967, nossos amigos diziam: “Voltem! Voltem!” E nós, naquela época, acreditamos que seria bom, de alguma forma, terminar os dois anos de estudo, o que nos assegurava o “diploma de estudos econômicos gerais”. A gente já pensava que o doutorado seria necessário, uma vez que havíamos percebido em Paris sua necessidade para o exercício do ofício de cientista social. De outra parte, Sérgio e eu nos dizíamos que se a gente ficasse 10 anos na França, seria um tempo muito longo. Assim, por volta do mês de janeiro ou fevereiro de 1968, nós decidimos voltar ao Brasil, para retornar mais tarde à França para a pós-graduação. (...) Maio de 1968 ia num sentido, o da liberação, e no Brasil, as mudanças iam no sentido oposto. No final de 1968, os militares impuseram um golpe de Estado no golpe de Estado, e a tortura se tornou sistemática. Para a minha geração, o engajamento político desembocou geralmente em guerrilha, e de outra parte, a tortura se tornou, para os generais, a maneira corrente de tratar seus adversários. Foi o

que aconteceu com Dilma Rousseff.¹³ Nós somos da mesma geração que Dilma. Nós poderíamos ter tido o mesmo destino que ela e ou de outros, a exemplo dos nossos camaradas de colégio e de amigos próximos que foram mortos.

Mihai Dinu GHEORGHIU: Sim. Então, se eu entendo bem, você ficou e terminou o percurso universitário no Brasil?

Afrânio GARCIA JR.: Sim. Em dezembro de 1969.

Mihai Dinu GHEORGHIU: Vocês só voltam mais tarde para a França?

Afrânio GARCIA JR.: Como minha relação com Marie-France sempre esteve muito forte, eu não via como conciliar a ideia de viver no Brasil e o projeto de continuar numa vida a dois. Como queríamos continuar juntos, nosso acordo era de viver no Brasil. Era um acordo explícito, amplamente discutido em todos os detalhes. Marie-France foi uma primeira vez, em 1969, para ver se o país lhe convinha, pois ela não o conhecia. Ela tinha pouca ideia do que era o Brasil, não falava português, o regime político era a ditadura. Existiam projetos comuns, aventuras, que supunham a atmosfera especial após o Maio de 1968 na França. Marie-France ficou no Brasil dois ou três meses, em 1969. Após refletirmos sobre como começar uma vida em comum no Rio de Janeiro, a gente se dizia: “Infelizmente não temos nenhum meio de viver por nossa própria conta”. Eu ganhava dinheiro dan-

13. Dilma Vana Rousseff, nascida em 1947, economista, presidente do Brasil de 2011 a 2016. Reeleita em 2014, para um mandato até 2018, ela foi destituída após uma campanha violenta da imprensa. Uma parte importante da população considera sua destituição como um “golpe de Estado”.

do aulas de língua, que era insuficiente. Ela decidiu voltar à França, terminar a graduação e, após, retornar ao Brasil para viver. E para legalizar tudo e tornar seus pais mais tranquilos com a partida de sua filha – pois não era situação fácil para eles aceitarem – eu vim à França em 1970, no mês de julho, para que a gente se casasse em boa e devida forma, no civil e no religioso, em presença de toda a família. (...)

4. A gênese das Ciências Sociais no Brasil

Eu nunca tive uma ideia da minha trajetória como algo dado por antecipação. Durante o último ano da graduação no Rio, eu tive um excelente professor, Isaac Kerstenetzki, um liberal, doutorando de Tinbergen, na Holanda, excelente conhecedor das estatísticas, de modelos econométricos, que estimava que Sérgio e eu fôssemos efetivamente bons estudantes. Ele nos convidou para ser seus assistentes em uma pesquisa que, naquele momento, era uma novidade absoluta. Era compreender a particularidade da industrialização à brasileira, conhecida como industrialização por substituição de importações. Celso Furtado a havia descrito, mas sob a forma de ensaio. O que nos foi proposto foi de trabalhar com a demonstração estatística e empírica desse processo apoiada em dados oficiais.

Mihai Dinu GHEORGHIU: Esse trabalho era um trabalho de conclusão de curso?

Afrânio GARCIA JR.: Não. Esse trabalho, devíamos desenvolver com Isaac Kerstenetzky, enquanto ele implantava um doutorado em economia, na Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ). Ainda hoje é o doutorado de maior prestígio no Brasil, mas com uma orientação diferente em termos

de “escola de pensamento”. Era um projeto de pesquisa que deveria acompanhar o projeto de doutorado. Então, o reitor disse: “Esses comunistas não entrarão na minha universidade”. Isaac Kerstenetzky foi encontrar o reitor dizendo-lhe: “Esses garotos podem pensar e fazer o que eles quiserem, mas eles trabalham sob a minha autoridade e só farão na universidade o que decidirmos juntos”. Nada a fazer. Não era a polícia política, não eram os militares, eram apenas os Jesuítas da Universidade Católica que disseram: “Não”! Quanto a nós, nós estávamos felizes com a integridade desse professor. Mas, além disso, ele nos chamou e nos disse: “Uma geração científica se perde facilmente, mas esses investimentos intelectuais exigem esforços de longa duração. Vocês já estiveram na França, vocês podem retornar”. Mas nós, nós dissemos: “Mas, não queremos deixar o país nesse momento”. Nós nos sentíamos um pouco culpados em relação aos nossos colegas que ficaram no país sob o fogo de feroz repressão.

Mihai Dinu GHEORGHIU: Que eram mais engajados na política.

Afrânio GARCIA JR.: Muito mais engajados e que começaram a sofrer repressão muito violenta. Isaac Kerstenetzki nos disse: “Todos os programas de doutorado em economia criados no Brasil, são com professores de Chicago. Vocês não irão fazer esses cursos. Aconselho vocês a ir para o Museu Nacional onde foi criada uma excelente pós-graduação”. Lembro-me até hoje de sua frase: “Se vocês não se perderem nos meandros do parentesco, aconselho a se tornarem antropólogos, porque se trata de uma boa ciência e muito bem empiricamente orientada”. Sérgio e eu não conhe-

ciamos nada, nunca tínhamos lido coisa alguma em antropologia. Quando muito, havíamos conhecido, aqui em Paris, doutorandos que respeitávamos muito, que entraram como professores no Museu Nacional. Eles faziam excelentes pesquisas sobre o Nordeste. Progressivamente, nós fomos admitidos no Museu Nacional, e quando Marie-France voltou ao Brasil, durante o segundo semestre de 1970, ela veio para o Museu Nacional como mestranda. Após termos iniciado a formação em antropologia social, tivemos essa oportunidade maravilhosa de participar de pesquisas empíricas sobre as transformações do mundo de plantations. Moacir Palmeira nos propôs: “Vocês não querem vir comigo, como meus assistentes, para fazer um levantamento sobre o mercado de produtos de subsistência no Nordeste”?

Mihai Dinu GHEORGHIU: E então, isso o levou a fazer uma tese, finalmente, no Museu?

Afrânio GARCIA JR.: É isso. Primeiro uma dissertação de mestrado, o que todos nós fizemos vinculados às investigações sobre Zona da Mata do Nordeste. O Museu Nacional foi criado de acordo com o modelo de Harvard, criado pela associação entre um professor de Harvard e um importante antropólogo brasileiro. Eu escrevi sobre isso em 2009¹⁴. Os modos de funciona-

mento do programa eram seminários, 15 seminários onde havia fotocópia de todos os textos e nos deveríamos ler 200 páginas toda semana, para cada seminário. A gente tinha 6 disciplinas no curso, e, ao final de cada um, deveríamos fazer um relatório e redigir um trabalho. Por fim, era necessário redigir uma dissertação embasada no trabalho de campo. O de Sérgio, por exemplo, *Vapor do Diabo*, a respeito dos operários da indústria do açúcar, fez um sucesso enorme. O de Beatriz Heredia¹⁵, com uma problemática muito próxima da minha, baseava-se na divisão do trabalho familiar na exploração camponesa, e assim por diante. Meu trabalho foi publicado tempos depois (*Terra de trabalho*).

Eu quero voltar sobre a trajetória de um dos pioneiros do Museu Nacional, David Maybury-Lewis, é um antropólogo inglês de uma grande família aristocrática, sétima geração, com altos funcionários coloniais. Ele nasceu em Hyderabad, no Paquistão, na época da colônia inglesa. Ele fez estudos de línguas, mas ele não foi obrigado a servir ao exército durante a guerra. Quando ele terminou sua graduação em Oxford, ele decide fazer estudos de antropologia. E ele vem ao Brasil fazer seus estudos graças a professores de São Paulo. Ele se torna antropólogo e defende suas teses de doutorado em Oxford e em Cambridge, na mais prestigiosa tradição possível do Reino Unido. Nesse período ele escreve uma crítica severa de um texto

14. Garcia Jr., A. (2009). *Les discipline de la “mission française” et la réception de l’anthropologie structurale au Brésil* (As disciplinas da « missão francesa » e a recepção da antropologia estrutural no Brasil), nº 2 hors-séire, “Mobilité universitaire et circulation internationales des idées » (Mobilidade universitária e circulação internacional das ideias).

15. Beatriz Maria Alasia de Heredia (1942-2018), antropóloga, licenciada em história em Córdoba (Argentina), antes de fazer seu doutorado no Museu Nacional. Professora de antropologia no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) quando findou o Projeto Emprego.

seminal de Lévi-Strauss sobre o estruturalismo, sobre as organizações dualistas. Como considerar os dualismos estruturais na população dita primitiva? A parte empírica desse debate diz respeito aos Ameríndios do Mato Grosso, segundo os registros de Kurt Nimuendaju, retomado pelo norte-americano Robert Lowie. Em seguida, Lévi-Strauss responde e isso contribui à notoriedade do jovem antropólogo inglês. Ele tinha menos de 30 anos ou 30 anos apenas. Após isso, ele recebe convites de Harvard, onde vai trabalhar. Era alguém muito promissor, mas para se afirmar por ocasião desse debate, ele vai transformar essa disputa teórica em programa de pesquisas empíricas. E ele busca para esse fim um aliado brasileiro que estava no Museu Nacional, Roberto Cardoso Oliveira. Os dois começam um programa de pesquisa paralelo à criação de um programa de especialização em 1960. Em 1966, quando o financiamento para esse primeiro projeto esgotou, os brasileiros perderam todos os suportes em agências de financiamento federais (CNPq, CAPES), pois tratava-se de intelectuais de esquerda, que foram colocados fora do jogo pelos militares, tendo tomado o controle em 1964. Eles decidem de recorrer à Fundação Ford. A Fundação Ford diz: “Sim. Se vocês implantarem um programa de doutorado no Brasil como o de Harvard, com pesquisas empíricas; nessas condições nós financiamos tudo”. Foi assim que o programa em nível de doutorado foi implantado no Museu Nacional. Mas em 1972-1973, houve uma história sombria de recusa da promoção de Roberto Cardoso de Oliveira, que não ocorreu em razão da vingança de uma colega medíocre, muito próxima de ministros na época dos militares. Ele decidiu fa-

zer uma estadia na Universidade de Harvard e, em seguida, foi para a Universidade de Brasília, levando consigo o financiamento da Ford. Nesse momento o Museu Nacional esteve ameaçado de fechar suas portas. Eu trabalhava com o Sérgio, como economista, numa instituição de financiamento (FINEP), que até então, não financiava a pesquisa, mas de preferência os projetos de engenheiros para grandes obras públicas. Contudo, as autoridades estavam interessadas, mesmo os militares, que houvesse pesquisas importantes. José Sérgio e eu participamos de reuniões em Brasília, onde percebemos que havia uma perplexidade generalizada a respeito da questão da enorme migração em proveniência do campo para as cidades, e a ameaça do desemprego, que iria se tornar uma calamidade. Ao retornar, a gente discutiu com os professores e os estudantes, e redigimos o projeto de pesquisa que se chamou: “Projeto emprego e mudança sócio-econômica no Nordeste”. Esse projeto teve uma notoriedade tal que ele permitiu encontrar as condições materiais para a sobrevivência do PPGAS/MN¹⁶. Desse modo, nós contribuimos para a sobrevivência dessa instituição, antes mesmo de terminar nossos estudos a nível de mestrado. Então, como você vê, nós fizemos esse projeto para poder continuar com a pesquisa de campo. Nós já havíamos uma enorme quantidade de materiais empíricos acumulados e um quadro explicativo já mais sólido. A relação com Bourdieu vem de tudo isso. Porque Bourdieu era, desde o trabalho de campo, mas, sobretudo, no momento de redigir esse projeto, a referência central, chamando nossa atenção sobre as estatísticas. No início de “*Travail et travailleurs en Algérie*”, ele escreve: “O que é

16. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social no Museu Nacional do Rio de Janeiro.

necessário denunciar, não é o uso da estatística, mas o fetiche da estatística. Esse fetiche leva alguns a considerar digno de ser conhecido, apenas o que pode ser medido, ao invés de mensurar o que merece ser conhecido” (1963, p. 9-10). Muito cedo nós lidamos com essa antropologia social, que não estava reduzida ao estudo, como dizia Isaac Kerstenetzki, do parentesco e da cosmologia. Isto nos permitiu, no Museu Nacional, ser conhecidos por alguns como sociólogos, e não como verdadeiros antropólogos.

Mihai Dinu GHEORGHIU: Tudo isso é um pouco da gênese das ciências sociais no Brasil?

Afrânio GARCIA JR.: Exatamente! Sobre tudo no Rio de Janeiro. No Rio, havia três polos. O do Museu Nacional, o do Instituto de estudos sociais e políticos (IUPERJ), os dois marcados pelo debate internacional. O outro polo, que foi ferozmente atacado pela repressão, foi o Instituto de filosofia e de ciências sociais, que foi completamente destruído nessa época. Uma vez reconstruído, foi aí que Marie-France e Beatriz Heredia se tornaram professoras.

Mihai Dinu GHEORGHIU: Porque ele era marxista, por qual razão?

Afrânio GARCIA JR.: Isso! Porque ele era precedentemente marxista e nacionalista. Era aí onde havia o movimento de estudantes na graduação. Os movimentos estudantis continuavam a existir na graduação, enquanto que, na pós-graduação, nós éramos duas dezenas, no máximo. Um outro, é o polo de ciência política, que se constituiu em 1966. Recebi, recentemente, um convite para trabalhar com eles. Nos anos 1970, obviamente, tanto eu, bem como

Marie-France e os outros, nós nos concentramos nas pesquisas desenvolvidas sobre o Nordeste e sobre os esforços para fazer existir o Museu Nacional. Nós tínhamos poucas relações com a França. [Nos anos 1970] a gente conhecia Monique de Saint Martin apenas pelos artigos; ela veio ao Museu, no Rio de Janeiro, em 1976, mas nós estávamos em trabalho de campo. Nós tínhamos, também, começado a ler Bourdieu, porque Moacir Palmeira havia assistido seus seminários, no final dos anos 1960, mas nós não. Nós iremos conhecer Pierre Bourdieu e sua equipe apenas em 1981. Antes, nós éramos somente leitores de tudo o que era livros, artigos que seu grupo produziu; nós estávamos muito atentos a ler e a compreender. Sem nenhuma intenção de vir à França. Ou seja, se a gente devesse ir à França, obrigados pelos militares, iríamos enquanto exilados. Enquanto não éramos obrigados a partir para o exílio, a gente queria permanecer no Brasil.

Mihai Dinu GHEORGHIU: Eu imagino, tendo vivido duas situações mais ou menos comparáveis, que podemos nos encontrar entre dois fronts, entre fogo cruzado. E como administrar isso, as relações com os colegas políticos, intelectuais; será que somos vistos como traidores, renegados, ou somos vistos como aliados numa visão mais ampla e mais complexa?

Afrânio GARCIA JR.: Nós éramos pressionados entre dois universos, com suas exigências e até... intimação a fazer e tudo o que decorre disso. “Interromper a militância” não foi uma escolha deliberada. O círculo militante ao qual eu e o Sérgio pertencíamos foi duramente atingido e os outros companheiros presos não nos entregaram. A pessoa que poderia me entregar

quase se imolou para não fazê-lo. Ele chegou a seccionar as veias. Não fui o único beneficiário de seu silêncio, mas fui um dos beneficiários desse ato heroico. Porque se ele tivesse me entregue, eu fui por três vezes ter com ele para encontro clandestino, e eu tinha comigo – naquela época a gente usava um *ronéo-stencils* para um jornal da resistência –, o jornal dessa organização de extrema esquerda. Então, se eu tivesse sido pego, não estou seguro que continuasse vivo ou ao menos com fortes sequelas das torturas. Em seguida, como nós éramos pessoas conhecidas por nossas convicções, muita gente nos solicitava para ajudar de uma maneira mais humanitária. Por outra parte, em 1973, meu irmão havia caído na clandestinidade, o que iria durar até os anos de 1980, após anistia concedida pelo poder militar. Quando meu irmão caiu na clandestinidade, eu vi que minha família, meus pais, meu irmão caçula, iriam explodir. Eu disse a mim mesmo que era necessário parar.

Mihai Dinu GHEORGHIU: Era uma grande responsabilidade, você é o irmão mais velho.

Afrânio GARCIA JR.: Isso! Eu, que era o primeiro no *front*, agora, eu paro, e sou simplesmente aquele que ajuda seu irmão do meio a existir. É preciso ser muito discreto. E, por outra parte, eu tive a possibilidade de trabalhar sobre objetos que poderiam ter um efeito político, mas não de imediato. Eu tive essa oportunidade enorme, e em um número da revista *Études Rurales* (n° 134), que Jean-Pierre Faguer nos ajudou a colocar em forma, eu havia dito explicitamente, que a gente investiu muito ardor político no ofício de antropólogo, sabendo que não podíamos agir em termos estritamente po-

líticos. Mas não podíamos, também, desviar os debates e controvérsias antropológicas para fins políticos, sem se isolar no seio da “comunidade científica internacional”. Era uma maneira de continuar o combate contra os poderes arbitrários em um outro campo, um campo que não era dado por antecipação. Portanto, nós nunca fomos considerados como traidores, mas como pessoas que não queriam falar daquilo que eles faziam, e que eram muito fechados, esquisitos, enfim, toda espécie de acusação. Em consequência, como não fomos presos, como não fomos torturados, existe essa espécie de processo em surdina como se você devesse ser culpado pelo fato de a polícia não ter te quebrado a cara. Uma espécie de maldição dos sobreviventes.

Mihai Dinu GHEORGHIU: Sim, eu conheço esse tipo de culpabilidade. (...)

5. No Centre de Sociologie Européenne (CSE), em Paris

Afrânio GARCIA JR.: O projeto “*Emprego e mudanças sócio-econômicas no Nordeste*” nos permitiu nos dedicarmos integralmente a uma pesquisa relevante, de permanecer muito tempo no campo, fazendo tudo aquilo que queríamos fazer em termos de entrevistas, observação direta, de coligir dados estatísticos e de examinar arquivos; a investigação se tornava mais próxima dos padrões da disciplina nos grandes centros intelectuais internacionais. Em 1981, nós fomos à França, com exceção de Sérgio e Rosilene, que virão mais tarde. Mas vieram: Moacir Palmeira, Lygia Sigaud, Beatriz Heredia, eu e Marie-France. E ainda outra colega, Olga Nogueira da Cruz, especialista em Educação. E o contato com Monique de Saint Martin se estabeleceu.

Monique falou com Bourdieu, que propôs um grupo de trabalho onde cada um devia expor suas pesquisas, do lado brasileiro, e onde Jean-Claude Combessie, que trabalhava sobre a Andaluzia e, talvez, outra pessoa, que expusera suas pesquisas sobre o campesinato na Europa. Foi uma sessão de trabalho magnífica. Lembro-me mesmo da data, foi no dia 15 de janeiro de 1981; e ao final, Bourdieu estava muito contente sobre o que ocorreu e ele me propôs: “Você não gostaria de fazer um doutorado válido também aqui na França, um pouco como Sérgio Miceli fez? Quer dizer, um doutorado que desse lugar a títulos ao mesmo tempo na França e no Museu Nacional?”. E, ele disse a Marie-France de ir encontrar Isac Chiva para continuar a trabalhar sobre mercados. Ele telefonaria a seu colega da EHESS para facilitar as coisas. Nós saímos muito contentes, porque havia a possibilidade de fazer teses vinculadas às instituições francesas sob a orientação de grandes cientistas. (...)

Em 1981, quando eu apresentei a pesquisa pela primeira vez, efetivamente, era algo muito bem estruturado e empírico e em um diálogo com a literatura, inclusive com os trabalhos de Bourdieu sobre o campesinato, que era, não obstante, sólido. Foi isso que o estimulou. Em contrapartida, chegando à França, em 1983, foi necessário resumir 300 páginas da tese, alguma coisa assim. Eu quis tratar de muita coisa ao mesmo tempo, colocar ênfase sobre a teoria sem fundamentar todos os enunciados e foi uma catástrofe. De outra parte, era o momento em que começava seriamente a cisão entre Bourdieu e o grupo de Boltanski; então, tudo se misturava e a gente não sabia

do que se tratava e nós nos sentíamos em posição desconfortável. Mas as pessoas que assistiam aos seminários, reunindo os dois grupos, se sentiam igualmente em postura desconfortável. Mas é verdade, também, que ninguém me foi hostil. E foi necessário recomeçar do zero para fazer um duplo trabalho nesse pós-doutorado, que me foi muito proveitoso ao longo da vida e para me recuperar. Um era compreender o centro tal como ele era e compreender quem eram os pesquisadores, o que eles faziam, sobre o que eles trabalhavam e qual era a natureza da relação estabelecida por cada um com o centro. E, por outro lado, havia um círculo *Actes*¹⁷, que funcionava bem. Quer dizer, os temas que haviam sido discutidos e publicados em *Actes* eram retomados, resultavam em novos livros de Bourdieu e relançavam as pesquisas do círculo Bourdieu. Quando Bourdieu passou, em 1984, a estudar o campo político, isso resultou em um número de *Actes* consagrado ao “trabalho político”.

Mihai Dinu GHEORGHIU: 1984 é meu início em *Actes*.

Afrânio GARCIA JR.: Excelente exemplo! A gente via a centralidade de *Actes* para construir a rede nacional e internacional em torno da problemática suscitada por Bourdieu. E, nesse sentido, eu vi que, efetivamente, publicar em *Actes* era algo de extremamente importante, pois era mais que publicar. Era, efetivamente, entrar em interlocução com todo um grupo de pesquisadores, cuja figura principal era Bourdieu. Mas não havia somente Bourdieu; é evidente que o grupo era muito forte e, sobretudo, internacionalizado.

17. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, revista criada por Pierre Bourdieu, em 1975.

Havia pessoas que vinham da Alemanha, da Inglaterra, da Suécia, da URSS, da Hungria, do Senegal, da Argentina, mesmo da Austrália ou do Líbano. Enfim, havia Victor Karady, Abdelmalek Sayad; era a primeira vez que eu estive confrontado a um grupo tão internacionalizado, de alto nível. Qual era o outro trabalho? era o trabalho de leitura dos textos de Pierre Bourdieu, de Sayad e, também, de *Actes*, para tentar compreender o trajeto da pesquisa e da construção das ferramentas sociológicas; compreender, por exemplo, que nos primeiros trabalhos sobre a Argélia, tratava-se de *ethos* e que é depois que a noção de *habitus* aparece, e compreender as polêmicas, desde então suscitadas. Esse trabalho foi muito benéfico, pois ele me permitiu compreender melhor o que se passava e de definir a apresentação de meu trabalho de outra maneira. Quem nos ajudou bastante para esse trabalho foi Michael Pollak, que eu havia conhecido no Brasil. Pollak estava muito interessado por nossas pesquisas, como pudemos constatar no momento em que elas foram publicadas em *Actes*, pois ele estava trabalhando sobre as primeiras obras de Weber¹⁸. Nesse momento, também, Bourdieu começou a nos estimular a empreender uma leitura aprofundada de Weber. E outra pessoa fundamental, para nos ajudar no CSE, foi Jean-Pierre Faguer. Faguer foi de uma enorme paciência e de uma grande fraternidade na ocasião das discussões das diferentes versões desse artigo. O artigo tomou forma em junho de 1985 e, enquanto isso, eu fiz vários seminários,

exposições, onde as pessoas diziam: “Está melhorando, mas não está ainda no ponto”. E eu pensei que, efetivamente, existia um viés, eu não sei muito bem, economista, ou uma compreensão insuficiente do objeto final que será a transformação dos modos de dominação.

Mihai Dinu GHEORGHIU: Qual era o título do artigo?

Afrânio GARCIA JR.: O título do artigo já era “*Libres et assujettis. La transition des travailleurs dépendants aux travailleurs libres dans le Nordeste do Brésil*”¹⁹. O artigo foi publicado em 1986, abrindo o caminho à edição do livro em 1989. No número 65 da revista [*Actes...*], de novembro de 1986, intitulado “*La construction sociale de l'économie*”, contém igualmente artigos de Patrick Champagne, Sylvain Maresca, Michael Pollak e de Max Weber. E, também, um artigo de Marie-France, aquele que até hoje faz um enorme sucesso, que é “*La construction sociale d'un marché parfait*”²⁰. Alguns colegas colaboraram com enorme paciência: Jean-Claude Combessie, Francine Muel-Dreyfus, Michel Pialoux, Louis Pinto. Eu os conheci um por um, e cada um lia o texto e o discutia a fundo. Após tudo isso, você esquece todo o trabalho feito sobre você mesmo, ao redigir esse texto. E o objetivo, isso pode parecer uma loucura, de publicar em *Actes*, foi decisivo para mim. Para Marie-France, era completamente diferente; ela havia defendido sua

18. Michael Pollak (1948-1992), sociólogo e historiador austríaco, diretor de pesquisa no CNRS (*Centre National de Recherches Scientifiques*).

19. *Actes de la Recherches en Sciences Sociales*, “La construction sociale de l'économie”, nº 65, novembre 1986, pp. 14-44.

20. Garcia-Parpet, M.-F. (1986), *Actes de la Recherches en Sciences Sociales*, nº 65, novembre, 1986, pp. 2-13.

tese no Brasil, o que lhe pôs um problema, e, chegando à França, ela decidiu de desenvolver pesquisas em sua região de origem, o que ela conseguiu. (...)

6. Volta ao Brasil

Afrânio GARCIA JR.: Nós voltamos em março-abril de 1986 ao Rio e nós começamos a dar aula imediatamente. O início do ano letivo no Brasil é no mês de março. Nessa época, Lygia Sigaud coordenava o PPGAS do Museu. Eu traduzi para o português com algumas pequenas mudanças o artigo da *Actes* e eu o submeti a diferentes revistas científicas, e tudo se passava como se as revistas brasileiras não quisessem publicar esse texto. Eu conhecia alguns editores e eu perguntava: “Que história é essa? Qual é a razão da resistência do editor?”. Eles acabaram publicando em um número, muito bom, da revista da ANPOCS²¹. Em contrapartida, eu mesmo traduzi o artigo de Marie-France para a principal revista de antropologia social à época que recebeu um parecer que era formal: “Não publicar”.

Mihai Dinu GHEORGHIU: Por quê?

Afrânio GARCIA JR.: Era absolutamente espantoso... (Risos) era absolutamente inacreditável, eram observações do tipo: um artigo sem teoria, sem discussão com a literatura, “de nível elementar”²², que não abordava a realidade brasileira... Justamente, este artigo

seria, em seguida, considerado na Europa e nos Estados Unidos, como pioneiro da “nova sociologia econômica”²³; hoje ele está publicado além do original francês, em inglês, em alemão e, finalmente, em português.

Mihai Dinu GHEORGHIU: Sim, mas a verdadeira razão, por assim dizer, existia a impressão que ela estaria em concorrência com quem ou o que mais?

Afrânio GARCIA JR.: Era uma espécie de concorrência desleal e, sobretudo, quem são essas pessoas? Porque no Museu Nacional, Marie-France ocupava uma posição bem estabelecida, de pesquisadora reconhecida... A gente desfrutava já então, digamos, de um certo reconhecimento, mas a gente permanecia em uma posição subalterna. Chegando da França e tendo publicado em revistas francesas prestigiosas, éramos de algum modo jovens que prometiam. Nós fomos confrontados com pessoas que estavam autorizadas a dizer: “Alto lá!”! Vocês escrevem coisas que, para nós, não têm valor. Isso pode ter valor na França, mas aqui, isso não tem nenhum valor”. Foi o que me impulsionou a aceitar, um ou dois anos depois, a entrar como um dos editores da revista da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais), a *RBCS*. Mas isso é um detalhe. Ao retornar da França esse texto não foi compreendido, com exceção de pessoas próximas do Museu Nacional, a exemplo do grupo de Sérgio Miceli, em São Paulo, ou

21. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, publicada pela Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS).

22. Afrânio Garcia utiliza a expressão “*Au ras des pâquerettes*”, que é mais forte para expressar o desprezo pelo referido artigo. A expressão faz referência à *pâquerette* (margarida), uma pequena e modesta flor que está ao nível do solo. No sentido figurado, significa banal, básico, de nível baixo e de pouca relevância (N.T.).

23. Cf. Swedberg, R. (1994), *Handbook of economics sociology*. Princeton University Press; e, Steiner, P. (1999). *La sociologie économique*. Paris: La Découverte, Collection Répères.

de alguns outros; esses textos não foram lidos, nem entendidos. Foi preciso tempo para que fossem aceitos, para que eles produzam efeitos aqui no Brasil. Porque nós estávamos fiéis ao princípio: “Não existe avanço teórico, sem análise empírica que demonstre seu alcance”. Eu creio que é a marca mais viva na relação com Bourdieu. Nós estávamos em condições de citá-lo, mas não era isso que ele queria. Ele cortava muitas vezes, nos artigos propostos para *Actes*, as citações de suas obras e artigos. Nós colocávamos questões suscitadas por seus trabalhos na construção de novos objetos sociológicos, o que era visível na leitura dos artigos de uns e de outros. Para mim, a real centralidade era a existência renovada de *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Ou seja, existia as referências às obras de Bourdieu e aos textos de outros pesquisadores de sua rede internacional, mas *Actes* tinha uma centralidade ainda mais forte, pois os livros me davam a impressão de um saber consolidado. Enquanto que, em *Actes*, havia a exploração de outras dimensões dessas questões e métodos. De algum modo, uma primeira experimentação.

Mihai Dinu GHEORGHIU: Ele o dizia, em efeito, pois o título da revista *Actes* fazia referência a essa especificidade: a publicação de trabalhos em construção.

Afrânio GARCIA JR.: A partir de então Marie-France e eu tentávamos ir à França a cada dois anos, e ficar durante três meses. Em geral, era durante o inverno francês, que corresponde ao verão brasileiro e às grandes férias; a gente discutia o material que havíamos coletado durante as últimas pesquisas para publicar e nos interrogávamos sobre as novas pesquisas em perspectiva. Em um momento em que o Brasil estava marcado por uma

enorme incerteza, provocada por uma inflação acelerada, entre outras, esse retorno regular ao CSE nos garantia sólidas referências para seguir trabalhando em vias inovadoras. Esse contato regular com o Centre é a encarnação, para nós, da solidariedade fundada no internacionalismo científico. Eu descobri que era, como para várias pessoas, difícil de conversar com Bourdieu diretamente; a gente via, principalmente, Monique de Saint-Martin, e nós tínhamos contatos com outros colegas, com os quais a amizade se estreitou com o passar do tempo: Francine Muel-Dreyfus, Louis Pinto, Jean-Pierre Faguer, Abdelmalek Sayad, Victor Karady, Michel Pialoux, e outros. E nós fizemos todos os esforços para trazer todos esses pesquisadores ao Museu Nacional, através de cooperação internacional. Isso permitiu experiências magníficas, porque não somente os colegas franceses dedicavam tempo a explicar suas pesquisas, bem como íamos juntos a campo, beneficiando de críticas feitas diretamente *in loco*. Creio que apenas Gabrielle Balazs não veio ao Rio. Faguer, Sayad, Jean-Claude Combessie, Monique de Saint-Martin e Francine Muel-Dreyfus vieram. Se pegarmos, gabinete por gabinete, os membros do CSEC dos anos 1980, vemos que quase todo mundo veio ao Museu. Quando as pessoas advertiam: “Bourdieu não foi”!, era uma evidência, mas a colaboração científica com o grupo era sólida.

Mihai Dinu GHEORGHIU: Bourdieu nunca foi ao Brasil?

Afrânio GARCIA JR.: Não. Mas para falar a verdade, a gente se perguntava: “Quando Bourdieu vier, como será?”. (...) Ir a campo, isso seria difícil. A gente via que Bourdieu estava ciente de cada missão, de todos os detalhes. Bourdieu desejou ir ao Brasil no início dos anos 2000, ele havia mobilizado

nossos colegas e a nós para isso, ele pensava vir com sua esposa, mas renunciou em razão de seus problemas de saúde.

(...) De 1983 a 1992 a gente viajava levando textos, discutíamos os textos e, depois, vem o livro, que é de 1989. Ele foi publicado tanto na França como no Brasil. Ao final do primeiro pós-doutorado, eu decidi começar uma nova linha de pesquisa, resultado das discussões do primeiro artigo da *Actes*, em que Monique e Pollak tiveram um papel principal. Em certo momento, Pollak me disse: “Escuta, a coisa mais interessante de seu trabalho, é a discussão sobre as migrações. Todo mundo toma as migrações como uma partida para sempre, ou, se a pessoa volta, ele é considerado um fracassado. Você mostra que essa ida e volta é constante e que as pessoas trazem recursos materiais e intelectuais para mudar sua própria situação e da sua família”. As conversas aprofundadas com Sayad, além da leitura de seus trabalhos, mostraram fatos semelhantes, de alguma maneira. Nós supomos que as pessoas rompem seus laços e não têm mais nenhum vínculo com seu mundo de origem. Mas – dizia Michael Pollak – “existe uma coisa que eu não compreendo: a pertinência do trabalho que foi feito no Museu Nacional em relação ao de Weber, é que Weber estudou todo o processo com questionários que foram administrados aos proprietários, aos *junkers*. Não existem questionários para serem respondidos pelos camponeses. Quanto a vocês, ao contrário, vocês fizeram entrevistas com os camponeses, na base da pirâmide social, mas vocês cometeram um erro simétrico. Por

que vocês não pegam as questões que vocês colocaram aos camponeses e não buscam saber o que se passou com as elites agrárias”? De repente, tentando refletir sobre essa questão, eu comecei a trabalhar sobre a literatura considerada “autenticamente nacional”. O que veio a ser o capítulo do seu livro sobre *Littératures et pouvoir symbolique*²⁴, editado na Romênia em francês. Esses escritores estão associados à construção do Estado, no Brasil, desde os anos 1930. Eles foram os grandes construtores do Estado e do mercado literário. Foi a partir daí que eu comecei a examinar as reconversões tanto na esfera inferior quanto na esfera superior do espaço social.

Mihai Dinu GHEORGHIU: Você fez isso no início dos anos 1990 ou mais cedo?

Afrânio GARCIA JR.: Eu comecei em 1987-1988. Mesmo as aulas que eu ministrei no Museu, abordavam esse questionamento. Então, eu me aproximei de Luiz de Castro Faria, que me forneceu suportes sólidos no que concerne ao “pensamento social brasileiro”. Como melhor compreender o que foi enunciado por um escritor se trabalhamos sobre sua trajetória, e como a trajetória do escritor não deve ser compreendida se não se leva em conta o que ele escreveu, os enunciados que formulou.

Mihai Dinu GHEORGHIU: Sobre as elites intelectuais, Sérgio Miceli²⁵ também trabalhou...

24. Mihai Dinu Gheorghiu & Lucia Drogomir, *Littératures et pouvoir symbolique*, Paralela, 45, 2005.

25. Sérgio Miceli, nascido em 1945, é notadamente o autor de *Les intellectuels et le pouvoir au Brésil (1920-1945)*, Presses Universitaire de Grenoble, Maison des Sciences de l'Homme, 1981 e de vários artigos em *Actes de la Recherches en Sciences Sociales*. Publicou várias obras sobre a recomposição da classe dirigente no Brasil e sobre a historia social das ciências sociais. Tornou-se professor de sociologia da Universidade de São Paulo.

Afrânio GARCIA JR.: Exatamente! Sérgio Miceli trabalhou sobre esse assunto a partir de 1981; ele constitui uma referência central. Existia uma espécie de divisão do trabalho a partir dos anos 1980. Miceli trabalhando de preferência sobre as elites literárias no seio das classes dirigentes e as pessoas do Museu Nacional, desenvolvendo pesquisas sobre as classes populares. Cada um buscava levar em conta o que os outros faziam. E aconteceram vários colóquios nos quais éramos convidados, e vice-versa; e também para bancas examinadoras de teses. Miceli, também, se tornou editor: ele facilitou a edição em português de vários textos de Pierre Bourdieu. Ocorreu uma espécie de consolidação da amizade. Em um momento em que Miceli estava muito atarefado com o trabalho de organização das associações científicas, ele tinha muita coisa a fazer, ele veio à França. Foi em 1986. E, então, ele foi vítima de um infarto terrível ao chegar. E como nós íamos frequentemente visitá-lo, a amizade se tornou mais forte ainda. A hipótese da reconversão dos proprietários de terra ameaçados de declínio através da literatura, sem dúvida, já faz parte da sua tese de doutorado. Como eu havia seguido por essa via, eu sabia que havia sido ele quem havia formulado essa hipótese e a havia verificado.

Mihai Dinu GHEORGHIU: Mas você a completou, de certa maneira.

Afrânio GARCIA JR.: Essa hipótese é rica e abre uma ampla agenda de trabalhos e de investigações a serem feitas.

Mihai Dinu GHEORGHIU: Você falou ainda agora, da instabilidade do Brasil, das idas e voltas entre o Brasil e a França em um momento no qual a situação política e eco-

nômica do Brasil estava particularmente crítica (inflação, saída da ditadura...). Nós discutimos entre nós, de maneira informal, sobre essa oportunidade de tomar certa distância em relação aos acontecimentos que nos permite um outro olhar, sem estar muito implicado sobre o que se passava no país. Como você vê isso?

Afrânio GARCIA JR.: A rede *Actes* me dava a impressão de participar, de maneira mais programada e controlada, das tentativas de compreender as transformações do mundo atual, com certa divisão do trabalho entre os pesquisadores na França e os que trabalhavam em outros cantos do mundo. As pessoas na França estavam muito mais avançadas no que concerne ao domínio das problemáticas, dos métodos empregados e de certos instrumentos de pesquisa; mas o que se podia pesquisar fora do hexágono deveria ser completado com o que se fazia na França, e vice-versa. Por exemplo, Michel Pialoux é um caso muito claro e exemplar para todos os estudos sobre os operários com questionamentos válidos a nível internacional mesmo se sua base empírica são estudos de casos na França. Lembro-me, agora, daquilo que eu não havia dito anteriormente. No momento do pós-doutorado, em 1983-1986, eu retomei os trabalhos de Bourdieu realizados quando ele passou da Argélia à França, em particular, sobre a objetivação dos modos de existência do sistema escolar e da relação do sistema escolar a todas as posições de poder, seja o poder intelectual, ou os outros tipos de poder, político ou econômico, até mesmo religioso. Isso me obrigou a ler para compreender o sistema escolar francês e sua particularidade. Não havia nada parecido no Brasil, sobretudo no que concerne à relação do sistema de ensino superior e da diversificação do campo do poder. A escolaridade era um tema menor

na hierarquia dos objetos sociologicamente pertinentes; ao ser colocada como fator fundamental do entendimento das disputas do campo de poder, Bourdieu revalorizou a sociologia da educação. Buscando trabalhar sobre as estratégias de reconversão que passavam por investimentos escolares, me via obrigado a realizar um trabalho de compreensão da evolução do sistema escolar brasileiro, que é bem diferente do sistema francês.

Mihai Dinu GHEORGHIU: Eu gostaria, também, de perguntar em relação a esse período, a respeito das discussões sobre antigos camaradas do colégio e da faculdade que se radicalizaram, e que fizeram parte dos grupos revolucionários, grupos armados, e que viveram, muito provavelmente, como uma vitória, o fim da ditadura [1985], que voltaram do exílio para participar de uma vida política democrática, aberta e transparente. Como você viveu isso? Nós paramos, em nossa discussão, sobre a bifurcação que representava a escolha da antropologia como uma outra maneira de fazer política. Como pensar a continuidade e as mudanças, durante esse período, que era também de balanço e de novos investimentos nas ciências sociais?

Afrânio GARCIA JR.: Para mim foi sempre uma grande alegria reencontrar, novamente, os amigos da adolescência que fizeram investimentos muito arriscados em política e que por pouco não foram assassinados sob tortura, seja no Brasil, seja no Chile. E que, depois, partiram para o exílio na França, na Suécia e em outros países europeus, e alguns na África. Era

evidente que a gente tinha ideias semelhantes sobre a necessidade de democratizar o Brasil, com medidas políticas a colocar em prática para que a população não se encontrasse assim tão pobre, contudo as prioridades do dia-a-dia nem sempre foram as mesmas. Alguns se consagraram ao jornalismo, outros buscaram cargos compatíveis com seus investimentos políticos anteriores, e alguns entraram como docentes e pesquisadores nas universidades. Durante essa época, precisamente, as escolhas profissionais dos meus antigos companheiros se diversificaram; a diferença aumentou em relação aos projetos pessoais... não somente para mim, mas também para José Sérgio, Marie-France, Lygia, Beatriz, Moacir, com a ideia que não é somente através da militância que nós daremos sentido àquilo que queremos fazer na vida. A militância era, com certeza, importante, mas era apenas uma dimensão da vida, não necessariamente a principal. Existia uma outra dimensão da vida que era o investimento no trabalho de compreensão da vida social. Quando a gente ia ao Museu Nacional para ministrar aulas, para fazer projeto de pesquisa ou redigir textos, nós não justificávamos nossos pensamentos através de crenças políticas. Nós chegamos à conclusão de que na política, a gente é obrigado a fazer muitas coisas em caráter de urgência que a gente não entende realmente direito. Entre militância política e a pesquisa em ciências sociais, era preciso enfrentar dois sistemas diferentes de imperativos, com chances de obter resultados diferentes em cada uma das diferentes configurações sociais. Para mim, era minha maneira de ler o famoso texto de Weber sobre *le savant et la politique*²⁶. Significa, simplesmente, não misturar, utilizar

26. Max Weber (1864-1920), *Le savant et la politique* (várias traduções em Francês, a primeira de Julien Freund pelas edições Plon, em 1959, reúne dois textos de conferências do sociólogo alemão de 1917 e de 1919, *Wissenschaft als Beruf et Plolitik als Beruf*. No Brasil esse texto é publicado sob o título Ciência e Política, duas vocações.

a posição de professor, a posição de pesquisador titular para afiançar seu pensamento político; era uma postura exigente. Desde 1977 nossa autocrítica era que essa radicalização, quer dizer, a luta armada, era uma radicalização que não correspondia a um conhecimento dos grupos e classes populares, a seu modo de mobilização que provocaria, efetivamente, a mudança da situação. Desde aquele momento, através de uma autocrítica, desejamos nos aproximar dos modos de mobilização de grupos camponeses e de grupos de operários. Nós aceitamos o trabalho de assessor sindical, a fim de constituir dossiês para negociações coletivas dos assalariados, dossiês para denunciar situações de destruição de casas, roçados e sítios dos camponeses para se apropriar de suas terras. De certa maneira, paradoxalmente, nós, que éramos os menos politizados entre os nossos antigos companheiros, nós tínhamos ligação com grupos subalternos mais fortes do que aqueles que chegavam do estrangeiro, com passagem pelos circuitos internacionais de militantes.

Mihai Dinu GHEORGHIU: Os que chegavam do exílio, você quer dizer?

Afrânio GARCIA JR.: Sim. É isso.

Mihai Dinu GHEORGHIU: Porque vocês ficaram no país, é a principal razão, não é mesmo?

Afrânio GARCIA JR.: Certamente!

Mihai Dinu GHEORGHIU: Sim. Mas também, graças à opção intelectual de vocês.

Afrânio GARCIA JR.: Exatamente! A gente quis ficar no país com uma certa militância que não era simplesmente intelectual e que nos fez compreender muito sobre os

enfrentamentos existentes na sociedade brasileira. E a esse respeito eu sou obrigado a abordar uma outra componente desses desafios, pois, no meu caso pessoal, meu irmão entrou na clandestinidade em maio de 1973 e só deixou essa condição no final de 1979, quando uma anistia foi proclamada. Portanto, existia também essa questão a administrar, que não era uma fantasia, nós éramos muito sensíveis às evoluções políticas. O pai de Sérgio também era...

Mihai Dinu GHEORGHIU:... Perseguido?

Afrânio GARCIA JR.: Perseguido. E o irmão de Moacir Palmeira, Wladimir, líder estudantil em 1968, foi preso no mesmo ano, e liberado após o sequestro do embaixador dos Estados Unidos, em setembro de 1969. Todas essas experiências exigiram um enorme trabalho sobre si mesmo, porque as certezas haviam desaparecido. Vê-se que estávamos, antes de tudo, num nevoeiro, e, ao mesmo tempo, portadores de uma certa culpabilidade: “Ah! Eu fiz estudos aqui extremamente abstratos, enquanto existem questões concretas de sobrevivência a enfrentar”. Como administrar seu tempo e seus investimentos para fazer as duas coisas ao mesmo tempo, até o momento onde se diz: “Bom, é possível, que na França, na Europa, nos Estados Unidos, enfim, as pessoas podem ter uma posição enquanto intelectuais sem se contaminar metendo as mãos em problemas imediatos”. Como agora. Mas, como agora, com Lula após ter sido preso, tudo o que ele fez de bom, é gravemente ameaçado, e você se diz: “Mas como você vai fazer para fingir que isso não é importante para a sua vida, para a vida dos seus”? Isso o obriga a dar origem, por si mesmo, a uma maneira de se comportar que seja aceitável. Para brincar,

podemos falar de uma esquizofrenia entre-tida no cotidiano.

Mihai Dinu GHEORGHIU: Então, você havia dito que havia feito um segundo pós-doutorado. O segundo pós-doutorado durou também um ano. Como foi, então?

Afrânio GARCIA JR.: Foi a segunda grande reviravolta e que marcou também a vida pessoal (...). Nós decidimos fazer um segundo pós-doutorado e fazer um concurso universitário na França para obter cada qual um posto de docente ou pesquisador. A razão central de nossa instalação na França foi a necessidade de garantir a sobrevivência de cada um de nós e enfrentar graves problemas de saúde. Nós não conhecíamos o meio institucional universitário francês, menos ainda as chances de obter êxito com esse deslocamento. Nossas tentativas foram possíveis graças a pessoas como Monique de Saint-Martin, Francine Muel-Dreyfus, Jean Claude Combessie, Louis Pinto, Abdelmalek Sayad; muitas pessoas nos ajudaram. Michel Pialoux, igualmente. Cada um ajudou para que esse projeto tomasse forma, pois ele implicava, de alguma maneira, um concurso para um, para o outro e para nossas filhas. Mas a motivação não era somente intelectual. Para mim, ao contrário, minha impressão era que, estando no Museu Nacional e tendo uma rede e projetos de pesquisa já bem estabelecidos, e tendo construído relações em todas as instituições brasileiras sem se tornar um burocrata da pesquisa, eu poderia voltar frequentemente à França, permanecendo livre. Ir à França implicava

um desafio imenso que se concretizou no momento em que eu entrei na EHESS, em setembro de 1995.

Mihai Dinu GHEORGHIU: Mas, enquanto isso, Marie-France havia já um posto na França, se eu me lembro bem?

Afrânio GARCIA JR.: Ela tinha entrado por concurso no INRA, *Institut National de la Recherche Agronomique*, em 1994, um ano antes. Ela teve um posto antes de mim. Durante um ano ela tinha esse posto, e nossas filhas tentavam continuar os estudos na França. Era como se a cada momento existissem grandes desafios, que implicavam uma mobilização de tudo o que havíamos acumulado para enfrentar o dia-a-dia.

Mihai Dinu GHEORGHIU: Você pôde conservar, por um tempo, se minha memória é boa, seu posto no Museu Nacional, começando a trabalhar aqui?

Afrânio GARCIA JR.: Eu não podia fazer de outra forma. Eu me via obrigado a agir dessa maneira. Se eu pedisse demissão, eu deveria reembolsar às agências de fomento pelos estágios na França; e, no momento da aposentadoria, eu não teria nada. E no caso de Marie-France, que havia sido beneficiada por uma bolsa da CAPES²⁷, o contrato obrigava a dar aulas no Brasil durante dois anos, pelo tempo que ela havia passado na França. Eu fiquei no Brasil durante dois anos e meio, para dar aula e pagar, digamos, o pós-doutorado na França, me beneficiando de uma bolsa.

27. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Instituto Brasileiro criado em 1951, situado sob a tutela do Ministério da Educação, encarregado do aperfeiçoamento e da qualificação de recursos humanos para o Ensino e a Pesquisa no Brasil.

Mihai Dinu GHEORGHIU: No Brasil você dava aula?

Afrânio GARCIA JR.: Sim. Eu continuava a ser professor para reembolsar a estadia no exterior, e simultaneamente, juntava toda a documentação necessária para uma decisão burocrática, me permitindo antecipar minha aposentadoria, o que representava, evidentemente, uma redução considerável de salário. Era a condição para tornar possível nossa partida para a França. Em 1996 e 1998, efetivamente, o esforço era de conseguir administrar completamente as duas situações. Deslocar-me para cumprir o que era exigido em um e outro país; algo de muito exigente e complicado.

Mihai Dinu GHEORGHIU: Uma vez nomeado maître de conférences na EHESS, você entrou no CRBC. Como isso se deu?

Afrânio GARCIA JR.: De fato, eu fui rapidamente nomeado pela presidência da EHESS, em fevereiro de 1996, como codiretor do CRBC junto a Ignacy Sachs²⁸, que havia criado esse centro em 1985. Eu pude constatar, muito rapidamente, que isso poderia se tornar um jogo perverso dos dirigentes da EHESS, consistindo em jogar um contra o outro e que eu deveria, de fato, matar o pai, e então, isolá-lo completamente das decisões correntes. O que eu nunca fiz. A distância tomada pela presidência da EHESS em relação a mim se manifestou rapidamente.

Mihai Dinu GHEORGHIU: Ignacy Sachs havia que idade, nessa época?

Afrânio GARCIA JR.: Ele nasceu em 1927, em Varsóvia. Ele deveria ter uns 69 anos. Ele estava perto de se aposentar. Minha entrada assegurava a continuidade do centro, criado por ele. Ele se aposentou rapidamente, depois de dois ou três anos. Mas eu o mantive como codiretor, atestado em cada documento administrativo; com efeito, a gente administrava o centro juntos. Na prática eu era o diretor, aquele que toma todas as decisões correntes, que elaborava todos os projetos, os relatórios, que se ocupava dos estudantes, dos financiamentos e da cooperação internacional. Para as decisões correntes, era eu quem assinava, em nome do CRBC. Contudo, eu não tomava decisão sem lhe consultar e sem que pudéssemos ter um ponto de vista comum. Antes do concurso eu não estava tão próximo de Sachs, pois foi Bourdieu que me apoiou para vir a pesquisar e estudar na EHESS, desde os anos de 1980. Eu comecei a estimar muito Sachs e aprendi a lhe conhecer. E mais, Sachs dispunha de uma rede de relações na França, na Europa, e mesmo no Brasil, que era completamente diferente da minha. Eu creio que fizemos um bom trabalho em conjunto. O que não era tão fácil, sobretudo, no início, com as suspeições, situações não muito claras de alguns colaboradores, funcionários ou estudantes. Mas eu já tinha tido a ocasião de trabalhar com outras pessoas, que entraram em regime de aposentadoria, e aprendi que era importante fazer uma frente comum, quando alguns dirigentes das instituições universitárias queriam colocá-los fora do jogo.

28. Ignacy Sachs, economista francês de origem polonesa, nasceu em 1927, em Varsóvia, Polônia. Ele migra com a família para o Brasil, fugindo do nazismo; retorna à Polônia após a guerra e parte para a Índia, onde ele obtém um doutorado em New Delhi. Retorna à Polônia como professor-pesquisador onde o antissemitismo o expulsa, após Gomulka, vindo para a EHESS, em Paris, com o apoio de Fernand Braudel.

Mihai Dinu GHEORGHIU: Existe algum artigo ou livro que reconstitui sua trajetória?

Afrânio GARCIA JR.: Existe um livro que retrata sua vida, um livro de memórias, que ele fez com um pesquisador francês: *La troisième rive*, pelas edições Bourin, de 2008. Ele teve uma trajetória absolutamente incrível, o que eu pude compreender desde o início. Nascimento na Polônia, neto de um banqueiro, que teve que fugir do nazismo durante a adolescência, partiu da Polônia para a França, depois ao Brasil. Em seguida ele vai para a Índia, onde ele fez seu doutorado. Quando ele falava de terceiro mundismo, era um conceito alimentado do lado brasileiro, da Índia e da Europa central. E o que mais me aproximou dele intelectualmente, foi o fato de eu conhecer bem a literatura sobre os camponeses, enfim, certa literatura do Leste da Europa, pouco conhecida na França e no Brasil, e que se tornou muito importante para o grupo do Museu Nacional.

Mihai Dinu GHEORGHIU: Um escritor polonês, Wladislaw (Ladislav) Reymond, ganhou o prêmio Nobel de literatura em 1924, por seu romance, *Os Camponeses*.

Afrânio GARCIA JR.: Eu sempre lhe disse que eu sentia como uma privação não poder ler o russo e outras línguas da Europa Central para compreender as pesquisas realizadas desde o século XIX. Você deve se lembrar das nossas conversas a esse respeito.

Mihai Dinu GHEORGHIU: Sim. Sachs me faz lembrar um pouco a trajetória de Victor Karady, apesar de várias diferenças.

Afrânio GARCIA JR.: Exatamente. Perseguido ainda jovem, ter deixado a Polônia.

Mihai Dinu GHEORGHIU: Se ele é de 1927, ele é da mesma geração de Alain Touraine [nascido em 1925] e Pierre Bourdieu [nascido em 1930]. Essa experiência foi muito importante para você.

Afrânio GARCIA JR.: Absolutamente! Muito importante e, sobretudo, está na origem de uma forte decepção na minha relação com os diretores da *École des Hautes Études en Sciences Sociales*. Eu tentei organizar uma formação específica para os brasileiros que queriam fazer estudos de nível de doutorado sem ter a bagagem necessária, e, principalmente, dar origem a projetos de pesquisa binacionais com a incorporação dos jovens pesquisadores e de pesquisadores sêniores. E eu me engajei com muito esforço na promoção de colóquios e conferências, geralmente seguidas de publicação, para valorizar os resultados científicos nos dois países. Eu não posso me estender aqui sobre as orientações do CRBC. Eu devo dizer que eu vi todo esse trabalho de recomposição do CRBC questionado – eu não gostaria de desenvolver longamente esse ponto –, verdade que eu esperava que fosse tão difícil quanto havia sido no *Centre de Sociologie Européenne* (CSE) durante o pós-doutorado, mas nunca que os jogos de poder fossem a tal ponto impiedosos. No caso do CSE, os problemas e modos de validar resultados estavam relacionados a fatos científicos e, ao final, aprendi quais são as boas questões a serem colocadas, como colocá-las concretamente, e tudo o que isso implica. Não se trata apenas de disputas de poder administrativo, de que lado você está, em termos de pequenas lutas de ordem institucional ou para obter uma

notoriedade que não estava assentada em um investimento científico de longa data.

Mihai Dinu GHEORGHIU: O período no CRBC durou quanto tempo?

Afrânio GARCIA JR.: De fevereiro de 1996 a setembro de 2009.

Mihai Dinu GHEORGHIU: 13 anos. Eu gostaria de compreender duas coisas a esse respeito. Você disse que Sachs havia sua rede, você tinha a sua. Como você conseguiu combinar, o que isso significou para você, em termos de rede, rede científica, rede de conhecimento, de amizades? E, de outra parte, como você pode harmonizar seu próprio trabalho de pesquisador com o trabalho de gestor de pesquisa, de um centro de pesquisa, que é transnacional? Ele é franco-brasileiro, mas, ao mesmo tempo, existem outras nacionalidades implicadas nesse intercâmbio.

Afrânio GARCIA JR.: Então, o primeiro ponto é que, efetivamente, Sachs dispunha de suas redes intelectuais e políticas no universo francês, europeu, de leste e de oeste, e em outras dimensões internacionais, tais como a ONU e a UNESCO. Primeiro, nós convergimos muito bem na maneira de olhar o que se passava na França e no Brasil. Com pequenas variações, ele era mais próximo de Fernando Henrique Cardoso, por exemplo. Quanto a mim, eu estava distante de FHC. Mas, depois, quando houve a ascensão de Lula (final de 2002), Sachs se tornou bem próximo de Lula e, nesse momento, a convergência foi importante.

Mihai Dinu GHEORGHIU: Sachs era comunista ou próximo do Partido Comunista?

Afrânio GARCIA JR.: Não! Veja só, a relação com o comunismo era muito complicada para Sachs, porque foi em nome da relação com o comunismo que ele foi expulso da Polônia para pagar o preço de ser judeu diante das autoridades políticas na Polônia. Não quero desenvolver isso aqui, mas eu poderia; eu sempre admirei sua resiliência. Sobre isso nós conversamos com frequência. Nossa proximidade foi fundada no desejo de conhecer o outro, de compreender o outro. Ele nunca se queixou de meus amigos, sobre meus conhecimentos, sobre meus engajamentos. Cada vez que havia um colóquio, bolsas a distribuir, publicações em conjunto ou decisões dessa natureza, a gente ficava face a face e a gente conversava. O cotidiano me permitia a aproximação com Sachs e, de fato, todo mundo no universo das ciências sociais, no Brasil, nessa época, me conhecia como diretor, porque no dia-a-dia cabia a mim decidir. Mas, efetivamente, eu creio que essa posição de codiretor era muito importante, principalmente, porque a direção da EHESS não queria. Eu penso atualmente que a direção queria neutralizar a rede de Sachs, o que me deixava ainda mais dependente das deliberações do comitê dirigente (“bureau”) da EHESS. Eu conheci o que é a fragilidade social, que implica o fato de ter sido formado fora da França, de ter poucos contatos locais e pouca familiaridade com conflitos internos às instituições intelectuais. Sachs foi um baluarte contra uma série de golpes baixos, para ser breve. Uma vez aposentado, queriam colocá-lo à parte, excluí-lo. E quando eu compreendi o que isso significava, numa luta de poder, minha convicção foi reforçada: nunca jogar o jogo da exclusão no CRBC. No início, eu tive a ilusão de que eu encontraria na EHESS alguma coisa de similar ao que eu vivi no CSE. Quer dizer, uma atmosfera onde...

Mihai Dinu GHEORGHIU: De solidariedade, de amizade.

Afrânio GARCIA JR.: Uma solidariedade, uma amizade, mas, sobretudo, a questão deveria ser o avanço da compreensão sociológica e a compreensão do mundo social. De repente, no CRBC (...), eu percebi que os diretores da EHESS queriam simplesmente que eu fosse uma espécie de mediador ou de guia para colegas que queriam se reconverter, substituir as pesquisas que eles faziam na Europa ou na África, ou no México, e encontrar grupos brasileiros, que poderiam se tornar seus adeptos ou seus discípulos. Os projetos de pesquisa aceitáveis pela direção da EHESS deveriam contribuir unicamente a esse tipo de circulação, para restabelecer o prestígio de certos professores-pesquisadores que perdiam o pé em seus investimentos de áreas de pesquisa tradicionais. Enquanto eu, ou alguns colegas brasileiros conhecidos de longa data, não deveríamos ter voz sobre esse assunto, para reconstruir projetos de pesquisa que pudessem interessar a EHESS e tanto os pesquisadores brasileiros quanto os franceses. Bourdieu, em geral, não queria saber os detalhes dessas disputas institucionais. Apesar disso, logo que ele percebia que tomávamos um caminho novo, que traria novos resultados científicos, então sentíamos uma mão forte, um apoio importante. Ele se atribuía os modos de construção dos vínculos científicos, o que eu considerava uma boa estratégia. Esse não era o modo de funcionamento da direção da EHESS²⁹,

pelo menos na minha visão. Os sucessivos diretores, à parte o comitê-diretor dirigido por Pierre-Cyrille Hautcoeur, não queriam entender que os doutorados se implantaram no Brasil a partir dos anos 1960 e que a circulação dos bolsistas brasileiros era, desde então, diferente. Os doutorandos não vinham mais para um período de quatro anos, mas apenas para um curto estágio de 8 a 12 meses. Assim como os bolsistas europeus do programa ERASMUS.

Mihai Dinu GHEORGHIU: O início desses programas de doutorado se dá em que momento?

Afrânio GARCIA JR.: No final dos anos 1960. Primeiro foi a implantação do mestrado, em seguida, durante os anos 1970, foram implantados os doutorados. Mas naquela época, todo professor-pesquisador queria se inscrever em um doutorado, pois isso lhe permitiria obter um posto universitário, dar aulas e fazer pesquisas financiadas desde o começo. O salário lhe permitia viver satisfatoriamente, sem precisar de pequenos trabalhos paralelos. Ele podia encontrar financiamento para pesquisa, podendo se consagrar, assim, completamente ao ofício de professor-pesquisador.

Mihai Dinu GHEORGHIU: Isso representava somas significativas.

Afrânio GARCIA JR.: Significativas, se tomarmos o salário europeu como referência. Eu vi que a tendência era enviar pessoas

29. O comitê diretor da EHESS é composto de um Presidente da l'École e de quatro professores-pesquisadores, nomeados pelo Presidente, que de fato, tomam as decisões mais importantes no que concerne aos assuntos administrativos correntes. A EHESS é composta, igualmente, por um Conselho Científico e por um Conselho de Administração.

principalmente para a França e para a Europa, por um ano, no modelo de “bolsas sanduíches” e, mais tarde, para o pós-doutorado. Enquanto que os professores da EHESS estavam mais acostumados, com base no passado, desde meados dos anos sessenta, com estudantes que vinham para 4 ou 5 anos para o doutorado completo e redigiam suas teses aqui na França. Porém, eu tentava me esforçar ao máximo para explicar que existia uma nova situação e que, além disso, o que o Brasil fazia era exatamente o que o programa ERAMUS havia sempre feito junto à Comunidade Europeia. Ele envia estudantes alemães, estudantes italianos, estudantes belgas, por um ano, evidentemente. Qual seria o professor romeno de medicina que enviaria seu melhor aluno para ficar na França e aí defender sua tese, renunciando a guardar contato com ele? Seria uma loucura! Ninguém faz isso se quer ver progredir a ciência de seu país. São novas redes internacionais em construção. Eu vou resumir numa frase que eu aprendi, dita por um grande amigo, o historiador José Kagabo, que foi em certo momento diretor de relações internacionais da EHESS: “Afrânio, você, como eu, muitas vezes em reuniões, você quer compreender qual o interesse de uma parte, qual o interesse da outra, quais os recursos de uma, quais os recursos da outra e tentar sair com um grande compromisso para utilizar esse potencial da melhor forma possível. Mas isso não existe aqui. Existe uma só realidade, o esplendor (“le rayonnement”) da França. Eles resplandecem. E nós, nós somos objetos dessa resplandescência. *La cour du Roi Soleil*, está sabendo?” Quando você está no meio de uma tal con-

figuração, você está forçosamente numa posição desconfortável. Para continuar a existir e fazer funcionar seu Centro de pesquisas, você deve fazer malabarismo diante dessas pressões. Eu aprendi também que é difícil e mesmo impossível mudar esses hábitos. Eu teria muito, muito a dizer a esse respeito, mas não é o caso de desenvolver aqui. Eu percebi que mais de 50 % dos estudantes dessa escola, e mais de 50 % de teses defendidas na EHESS, são de estudantes estrangeiros. O segundo contingente de estudantes estrangeiros aqui é representado pelos brasileiros, que são financiados por bolsas provenientes das instituições de fomento à pesquisa no Brasil, como CNPq, CAPES, FAPESP. Mas ninguém quer tratar aqui das condições concretas dos estudantes estrangeiros, ninguém quer se dar conta das relações entre estudantes estrangeiros e dos estudantes franceses. Como fazer para tirar o máximo proveito da oportunidade formidável de ter metade do contingente vindo de outros países? A porcentagem, eu creio, de estudantes estrangeiros em nível de doutorado na França, era de 12 a 15 %. Existe um relatório excepcional de Maurício Bustamante, antigo doutorando do CESSP, que trabalhou sobre os dados relativos aos doutorandos e suas carreiras ulteriores³⁰.

Mihai Dinu GHEORGHIU: E os brasileiros são o segundo atrás de quem?

Afrânio GARCIA JR.: Dos Italianos. Era justamente para dizer que as atividades administrativas me consumiram muito mais tempo e esforços do que eu imaginava no começo. Eu continuei indo ao Bra-

30. Maurício Bustamante, antigo doutorando do CESSP, sob a orientação de Gisèle Saporo.

sil com todo mundo que buscava minha ajuda, mas principalmente com pesquisadores franceses de qualidade. Alguns, ao invés de arregaçar as mangas e de se ocupar das verdadeiras questões da pesquisa, eles queriam que nos organizássemos tudo para que eles brilhassem no Brasil. Efetivamente, nesse sentido, eles não haviam escolhido a boa pessoa. Em abril de 2008 eu estava no Brasil para uma missão de pesquisa e, ao retornar, José Sérgio tinha vindo comigo para um colóquio organizado por professores de Sciences Po, aqui em Paris. Ao retornar à *Maison des Sciences de l'Homme*, o colega que era responsável dos programas dedicados à América Latina, Fournier, me disse: “Mas, o que foi que aconteceu?” De fato, o historiador Serge Gruzinski, de um laboratório (CERMA) da EHESS, entrou no gabinete do administrador da *Maison des Sciences de l'Homme*, Alain d'Iribarne³¹, para lhe dizer que o orçamento da cátedra de ciências sociais brasileiras Sérgio Buarque de Holanda, assegurado pelo Banco do Brasil, que até então era administrado por mim com participação de Ignacy Sachs, com toda uma estrutura para acolher nas universidades francesas pesquisadores brasileiros de alto nível, doravante seria administrado por ele. E o administrador da *Maison des Sciences de l'Homme*, Alain d'Iribarne, respondeu imediatamente: “Você entrou por essa porta, você pode sair pela mesma porta”. Quando eu soube dessa tentativa inacreditável de desvio de financiamento, eu escrevi um texto de uma página, que eu enviei a cada membro

do conselho científico da EHESS, inclusive à diretora, Danièle Hervieu-Léger, contando o que aconteceu, ressaltando: “Você é responsável de uma instituição científica. Os cientistas, em geral, verificam os enunciados, então, eu vos digo que seria bom verificar a pertinência do que lhe escrevo. E após ter verificado sua veracidade, responda-me a uma só questão: ‘Esses comportamentos estão em conformidade com os costumes de nossas instituições científicas?’”. Na época, a pressão a respeito do estatuto do CRBC era cada vez mais forte para que ele fosse integrado em um reagrupamento de centros mais amplo. E eu busquei soluções, mas era impossível de fazê-lo. Paradoxalmente, a denúncia dessas manobras vergonhosas me deu forças para encontrar alternativas de outras associações diferentes das que a direção queria impor. Essas soluções, embora já validadas por aprovação do conselho Científico, caíram por terra diante de novo golpe de força através de uma nova direção. Mas eu não quero me estender em relatar as voltas e reviravoltas de um combate tão ingrato, desigual, longo e esgotante. É o lado administrativo de minha passagem pela França, entre o mar e o rochedo. Felizmente existe um outro lado sobre o qual eu gostaria de falar agora, que concerne às novas linhas de pesquisa desenvolvidas.

7. A mobilidade dos intelectuais ou a circulação internacional das ideias.

Afrânio GARCIA JR.: No Brasil, eu havia trabalhado, principalmente, sobre o modo

31. Alain D'Iribarne, sociólogo do trabalho e das organizações, diretor de pesquisa no CNRS, que administrador da *Maison des Sciences de l'Homme* de 2005 a 2009.

de dominação do campesinato. Eu retomei o conselho de Michael Pollak de olhar para cima e de examinar as estratégias de reconversão das famílias das elites agrárias. Isso permitiu chegar à minha pesquisa a partir dos anos 2000, sobre a mobilidade internacional dos universitários para fazer estudos doutorais internacionais. Em um primeiro momento, aconteceu um colóquio que aproximou a nós dois, porque nós participamos juntos, e que Bourdieu havia organizado com Joseph Jurt³².

Mihai Dinu GHEORGHIU: Sim, na Fundação Hugot du Collège de France, em fevereiro de 1991.

Afrânio GARCIA JR.: Nós dois publicamos em seguida, no mesmo número da revista *Actes*, onde eu escrevi um artigo que se chama “*Les intellectuels et la conscience nationale au Brésil*” (ARSS, nº 98, 1993). Quando Bourdieu escreveu o artigo sobre a circulação internacional das ideias, em 2002³³, ele tinha uma grande interrogação: é preciso começar por questionar suas próprias categorias nacionais de pensamento. E, então, eu tentei objetivar minhas categorias de pensamento. Minha pesquisa tomou forma, também, graças ao convite que eu tinha recebido para esse colóquio. Uma vez estabelecido na França, eu me perguntei qual seria a pesquisa que não iria repetir as de outros colegas, mas que ao contrário, abrisse novas pistas e investigações complementares às feitas no Brasil. Foi Yves

Dezalay que observou que muita gente queria fazer pesquisas internacionais, mas, no entanto, existiam poucas pessoas situadas de um lado e de outro dessa circulação internacional. É preciso obter os meios de saber de onde vêm os estudantes, para onde eles vão, para compreender a significação sociológica da circulação internacional. Essa pesquisa, eu estou consciente de que, se eu não tivesse passado pela França, eu nunca a teria feito. E foi aí que, efetivamente, eu me aproximei de Ana Maria Almeida, de Leticia Canêdo e de Roberto Grün, que já frequentavam o CSE; um grupo de pessoas que não são do Museu Nacional e que não eram nem mesmo próximos dos colegas do Museu Nacional. Uma rede que pôde ser construída em virtude do fato de eu ter funções administrativas em Paris. Nesse momento eu tive a impressão de que realmente a gente fazia alguma coisa de novo, em relação ao Brasil e em relação à França. A gente deveria compreender em que situação os doutorandos se apropriavam de conhecimentos ou de maneiras de se fazer existentes no mundo internacional e quais os usos feitos ao retornar. Quais mudanças institucionais ou intelectuais eram feitas ao retorno? Trabalhando a partir dessas pistas, eu e meus companheiros de pesquisa pudemos descobrir novas perspectivas para explicar as inovações intelectuais e políticas. Isso nos conduziu a objetivar o lugar de um país semiperiférico como o Brasil no cenário internacional. Porque, segundo os trabalhos de Wallerstein, os países semiperifé-

32. Joseph Jurt, nascido em 1940, é professor emérito de literatura francesa na Universidade de Freiburg im Breisgau. Ele publicou, em 2018, *Les Arts rivaux. Littérature et arts visuels d'Homère à Huysmans* (Classiques Garnier, Paris).

33. Bourdieu, P. (2000). Les conditions sociales de la circulation internationale des idées. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 145, 3-8.

ricos exercem um papel de centro *vis-à-vis* de países ainda mais despossuídos, mesmo permanecendo periférico em relação aos países centrais. O lugar do intelectual brasileiro não podia ser apreendido pela simples objetivação do campo do poder nacional. Era necessário objetivar todo um campo intelectual internacional para compreender os efeitos dessa circulação internacional sobre o campo do poder nacional. Graças a isso, eu pude reconstituir a trajetória de dois grandes intelectuais brasileiros da geração precedente à minha: o economista Celso Furtado e o sociólogo Fernando Henrique Cardoso. E, também, descobrir como a criação do programa de doutorado do Museu Nacional estava ligada a uma controvérsia científica entre Claude Lévi-Strauss e um dos pais fundadores do PPGAS, o antropólogo britânico Davi Maybury-Lewis³⁴. Tudo isso estava em correspondência com os trabalhos magníficos desenvolvidos por Letícia Canêdo sobre a ciência política no Brasil e a passagem de estudantes pelos Estados Unidos; e os trabalhos de Roberto Grün sobre a importação de novos métodos de gestão por engenheiros brasileiros; ou os de Ana Maria Almeida sobre a importação do conceito de “capital humano” para regulamentação do sistema escolar; ou ainda os de Odaci Coradini ao estudar a sociologia dos teólogos da libertação. Descobrimos um princípio explicativo novo: como os diversos pretendentes ao campo do poder adquiriram um novo recurso, a saber, conhecimentos internacionais, competências internacionais, e contatos no mundo internacional, que lhes dotam de uma força

adicional nas lutas internas ao campo do poder nacional. Ao mesmo tempo, isso permite objetivar os modos de recomposição dos campos de poder dos países centrais, que alimentam as disputas entre fração das elites dos países periféricos ou semiperiféricos, na continuidade dos questionamentos levantados por Yves Dezalay.

Mihai Dinu GHEORGHIU: Você dedicou um número dos *Cahiers du CRBC* à essa problemática...

Afrânio GARCIA JR.: Então, entre 2000 e 2009 fizemos todos esses anos uma publicação, seja em português seja em francês, em formato de livro ou de revista. Tem um livro das edições da UNICAMP³⁵, de 2004, um número dos *Cahiers du Brésil contemporain*, de 2005, e tem um outro *Cahier*, que se chama CRES (*Cahier de la recherche sur l'éducation et les savoirs*), de 2009, um livro de 2013 por uma editora de São Paulo. Mas antes, teve um dossiê especial em *Social Science Information*, de 2001. A lista completa se encontra em diferentes publicações e ilustra muito bem esse trabalho. E, em um dado momento, Letícia Canêdo submeteu um projeto de pesquisa à FAPESP³⁶ e obteve um financiamento considerável para desenvolver uma grande pesquisa. E pôde associar, notadamente, Yves Dezalay, Michel Offerlé e Gustavo Sorá. Esse grande projeto, que previa também colóquios internacionais, reuniu toda uma rede, alimentada por trabalhos científicos convergentes, bem como por amizade. Atualmente, como esses financiamentos não existem mais,

34. David Maybury-Lewis (1929-2007), antropólogo britânico, foi presidente da *American Ethnological Society*.

35. Universidade de Campinas, Estado de São Paulo.

36. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

continuamos as pesquisas ligados uns aos outros sem ter necessariamente uma coordenação. Eu tive que diminuir a frequência de viagens no momento em que se manifestou minha doença, em 2012, mas continuamos a trabalhar em comum. Eu ousaria dizer que seu dossiê com Graziela Perosa se inscreve, de algum modo, nessa longa lista de publicações, a partir dos anos 2001...

Mihai Dinu GHEORGHIU: Sim, existem outros trabalhos que se inscrevem no prolongamento dessa rede.

Afrânio GARCIA JR.: Já existem novas gerações de pesquisadores que se formaram no âmbito dessa rede. Graziela Perosa, por exemplo, participou das primeiras reuniões, Kimi Tomizaki, Maria Jardim, Igor Grill, Fabiano Engelmann, entre outros. É um grande prazer ver essas novas gerações no momento de defesas de suas teses. E eu creio que é uma verdadeira rede, talvez não tão unida como no passado, mas ela continua a existir. Alguns trabalham em comum, publicam juntos, estão informados das hipóteses de uns e aos outros, enviam estudantes à França e assim por diante. Foi o desafio de ter vindo para a França que, para mim, abriu enormemente o horizonte. Sem essa decisão, eu não teria, jamais, continuado a via da pesquisa sobre circulação internacional, permanecendo apenas no Museu Nacional.

Mihai Dinu GHEORGHIU: Nós falamos na primeira parte de nossa entrevista da vocação, senão da carreira diplomática inspirada pela experiência do seu tio. Eu gostaria de perguntar, agora, em relação às evoluções políticas internacionais recentes, podemos falar de uma nova perspectiva que se impôs, se você vê as coisas de outra forma em relação a 20 ou 30

anos atrás?

Afrânio GARCIA JR.: Minha primeira reação é que esse deslocamento de perspectiva me distanciou completamente do bilateralismo. O bilateralismo era: reservamos para um país periférico ou semiperiférico apenas a posição de cliente. E basta que levemos em conta a concorrência dos países centrais para que a gente aplique a ideia de campo a essa configuração internacional. Ou seja, qual é o espaço dos países que buscam construir relações com os países semiperiféricos ou periféricos? Isto esteve no centro dos trabalhos de Yves Delazay. Ele sempre nos chamou a atenção sobre o fato de que se ele vai trabalhar no Brasil, na Argentina, e em outros países periféricos, é que esses países periféricos eram grandes reveladores das grandes lutas de países centrais e que se observava melhor os modos de existência dessas disputas a partir de competição pelas clientelas. Se ele tivesse ficado apenas no nível de cada país central, ele não teria compreendido as alianças e as clivagens que estão no princípio das mudanças das relações de força. Essa ideia se enraizou profundamente na minha maneira de compreender as coisas. E eu lamento de não ter feito uma estadia nos Estados Unidos, uma estadia na Alemanha, um estadia na Inglaterra, quer dizer, que eu não tenha modificado minhas modalidades de publicação, minhas formas de contato profissional. E eu penso em todos aqueles que eu vejo dentre as novas gerações, que eu vejo entrar nesse circuito, e que eu tento encorajar a buscar uma visão mais...

Mihai Dinu GHEORGHIU:... Multilateral.

Afrânio GARCIA JR.: Exatamente! Multilateral. Não é de modo algum se considerar mais forte do que aquilo que se é.

É preciso saber que viemos de um mundo periférico ou semiperiférico. No entanto, é preciso saber que existem concorrentes entre os países centrais. E essa concorrência é constitutiva de temas de pesquisas que elegemos, de métodos que são admitidos, de paradigmas científicos que mobilizamos e modalidades de publicação. A segunda coisa a sublinhar é, efetivamente, a importante emergência do Brasil, não somente na América do Sul, mas também, *vis-à-vis* aos países europeus e aos Estados Unidos. Foi no momento da guerra, em 1942, que os Americanos começaram a investir, pela primeira vez, na cooperação intelectual; eles enviaram bons professores ao Brasil. Tem um livro excelente de depoimentos onde se discute o impacto da Revolução Cubana. Ele se intitula: *A colônia brasilianista*³⁷. No momento da Revolução Cubana, os Estados Unidos se deram conta que eles ignoravam tudo o que se passava no México e no Sul do México. Eles decidiram colocar em diferentes departamentos das universidades norte-americanas especialistas das ciências sociais consagradas à América Latina. Eu quis organizar uma conferência para observar os grandes especialistas do mundo internacional sobre o Brasil e qual sua relação com a posição no seu meio universitário e a relação com as novas hipóteses de trabalho sobre o Brasil. Está muito claro que os historiadores americanos, como Joseph Love e seus associados, formularam hipóteses absolutamente novas. A estadia em Harvard

teve um impacto muito profundo em Roberto da Matta³⁸. O impacto, em economia, dos trabalhos de Albert Hirschman repercutiu sobre a notoriedade de Celso Furtado, e assim por diante. Existe uma visão que sublinha o erro inverso do cosmopolitismo, o culto ao gueto. Se permanecemos no gueto, dizendo que a explicação *ad hoc* é a melhor, seríamos protegidos das falsas interpretações sobre países periféricos. Não estamos protegidos de absolutamente nada. Sair do gueto é muito difícil, é um verdadeiro trabalho de conversão das questões científicas a examinar, muito exigente. Mas precisa ser realizado.

Mihai Dinu GHEORGHIU: É o que você ensaja fazer agora, com esse ensino no Rio de Janeiro?

Afrânio GARCIA JR.: O banco de dados prosopográficos é obra de uma rede de instituições trabalhando para uma história das ciências sociais no Brasil, renovada, para que possamos objetivar as trajetórias científicas brasileiras em diferentes domínios. Ela faz uso de dossiês de bolsistas brasileiros no momento de sua partida e os cruza com dados presentes nos bancos de dados atualizados pelo CV (Plataforma Lattes) *online* do CNPq. Quem eram esses bolsistas no momento em que partiram para o estrangeiro? E depois de ter considerado as aquisições da estadia internacional, buscar saber o que eles fizeram em seguida e qual

37. José Carlos Sebe Bom Meihy, *A colônia brasilianista: história oral de vida acadêmica*. Ed. Nova Stella: São Paulo, 1991.

38. Roberto da Matta, nascido em 1936, antropólogo vinculado inicialmente ao Museu Nacional, defendeu seu doutorado em Harvard. Foi professor de antropologia da Universidade de Notre Dame nos EUA, após ter sido professor e diretor do PPGAS/Museu Nacional; atualmente ensina na PUC-RJ. Figura entre os mais citados dos antropólogos brasileiros, em virtude das etnografias de grupos indígenas e, sobretudo, do tratamento dado a rituais da coletividade nacional, como o carnaval, o futebol, as procissões, etc.

a relação entre as ciências sociais no Brasil e as ciências sociais internacionais. Compreenderíamos melhor a hegemonia norte-americana se não a considerarmos absoluta. Hegemonia não quer dizer monopólio. Os EUA estarão sempre em concorrência com a Inglaterra, a França, às vezes a dominação é invertida. Atualmente eu não vejo nem na Inglaterra, nem nos Estados Unidos, uma máquina de guerra científica, que produzisse tanto resultados válidos, como a inspirada pela obra em ciências sociais de Pierre Bourdieu. Mas isso se deve à história da sociologia. Se eu examinar outras ciências, isso parece se passar de forma diferente. Eu observo que os economistas ou os cientistas políticos, ou gestores brasileiros, frequentam principalmente os Estados Unidos. Mas se examinarmos as ciências humanas e sociais é, sobretudo, a França e outros países da Europa que eles preferem. E existe uma diferença sociológica entre os contingentes de doutorando em um caso e em outro. Essa pesquisa é, eu creio, portadora de numerosas questões de diálogo com os paradigmas científicos que se disputam, no presente, o primado do poder explicativo.

A trajetória, os objetos e os modelos explicativos de cada pesquisador são alimentados pelo trabalho científico dos outros, em uma relação dinâmica que não supõe uma homogeneidade de condições de trabalho nem de pontos de vistas. Se é necessário superar certas diferenças rumo a alguma coisa universal, não devemos ter a ilusão de que cada um seja interlocutor dos outros do mesmo circuito. Como você, por sinal, eu sempre fui interpelado pelo que significa internacionalismo. É extremamente difícil dar uma ideia simples a esse respeito. Todo mundo fala, mas é muito difícil encontrar uma ideia única de referência para isso. Para

mim, uma coisa é o internacionalismo entre intelectuais, entre pesquisadores, outra coisa é a universalização dos conhecimentos. Eu penso que a primeira distinção que devemos ter em mente, é que não podemos aumentar o grau de internacionalismo na pesquisa sem aumentar, por conseguinte, a universalização das cadeias explicativas teóricas. A universalização dos conhecimentos evoca em mim as tentativas de conceber modelos explicativos que possam explicar cada observação singular conduzida por outros pesquisadores. Como os antropólogos avançaram no domínio do parentesco e da cosmologia, comparando as etnografias da Nova Caledônia com os grupos do Mato Grosso. É o que implica a diversificação das pesquisas de campo ao longo do planeta, mas também, a leitura atenta dos relatórios de pesquisa feito por outros pesquisadores. O internacionalismo científico, por outro lado, designa para mim os modos de construção das redes de solidariedade permitindo o diálogo aprofundado sem considerações de fronteiras territoriais, ou de lealdade nacional. Partir do internacionalismo é um bom início para avançar na universalização dos conhecimentos, mas a realização dessa finalidade exige a produção de um novo quadro de pensamento que resiste a toda confrontação com os dados oriundos de monografia singulares.

Muito obrigado, Mihai Gheorghiu, por esse diálogo que busca esclarecer, através da objetivação da diversidade de itinerários sociais e intelectuais, os modos de elaboração do pensamento menos submisso às pressões políticas, religiosas ou econômicas que incidem igualmente em nossas categorias de pensamento.

Recebida em: 18/02/2019
Aprovada em: 20/12/2019